



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

JOÃO PAULO FERNANDES SILVA

**A comunicação da Maesa na implantação da Usina Hidrelétrica de
Machadinho (Brasil)**

Trabalho de Conclusão de Curso (MONOGRAFIA)
*apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais**
ministrada pela Prof^a. Gislene Silva
no segundo semestre de 2014

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli

Florianópolis
Dezembro de 2014

JOÃO PAULO FERNANDES SILVA

**A comunicação da Maesa na implantação da Usina Hidrelétrica de
Machadinho (Brasil)**

Monografia submetida à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Locatelli

Florianópolis

Dezembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador, Dr. Carlos Augusto Locatelli, pelo desvelo no acompanhamento do trabalho e pelos grandes ensinamentos desta e de outras empreitadas.

Ao meu pai, Saulo, pelo apoio e amor incondicional, à minha mãe, Ludmira, pelo carinho, compreensão e conforto nesta fase de perseverança, à minha irmã, Jaqueline, pelo auxílio com os recursos para este trabalho e pelo companheirismo fraternal.

Aos meus educadores da praxis, Suzete Antunes e Leonardo Estrella, que me acompanharam e guiaram neste jornada que agora se encerra.

Aos colegas do curso de Jornalismo, pela companhia, parceria e pelos sorrisos desta temporada inesquecível.

A todos aqueles que estiveram comigo nestes quatro anos e meio de graduação, nas proximidades ou à distância, minha profunda e sincera gratidão.

Considera-se que o rio que tudo varre é violento, mas não se considera que as represas que o contêm são violentas.

(BERTOLT BRECHT)

RESUMO

Este trabalho trata de uma pesquisa monográfica sobre a comunicação desenvolvida pela Machadinho Energética S.A. (Maesa) no período de implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho, localizada na foz do rio Pelotas, na divisa entre as cidades de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS). A pesquisa se propõe a analisar os produtos de comunicação organizacional elaborados pela Maesa para estabelecer comunicação com seus públicos de interesse ao longo período de implantação da usina, entre 1998 e 2002. A metodologia utilizada é o estudo de caso a partir de análise crítica de discurso, segundo modelo desenvolvido por Locatelli (2001), com o objetivo principal de identificar os planos, estratégias, modalidades e produtos utilizados pelo concessionário no período. Foram quantificados os produtos de comunicação elaborados pela empresa, tendo quatro deles sido analisados em profundidade: os programas de rádio, as reuniões com a comunidade, o Centro de Atendimento ao Visitante e os *releases*. Além disso, contratos, relatórios, pesquisas, e-mails, faxes, apresentações, propostas comerciais, projetos e planos foram examinados para compreender o contexto e as condições existentes e os procedimentos adotados pelo concessionário. Os resultados obtidos apontam para uma comunicação de matriz cognitiva desenvolvimentista, de alta visibilidade, níveis de accountability estrategicamente controlados e ausência de debate. O estudo insere-se no projeto de pesquisa “Jornalismo, Comunicação Organizacional e Barragens”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Locatelli e integrante do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC.

Palavras-chave: Comunicação organizacional, barragens, Maesa, Usina Hidrelétrica de Machadinho.

ABSTRACT

This undergraduate thesis is the report of a research about the organizational communication developed by Machadinho Energética S.A. (Maesa) during the period of construction of Machadinho Hydroelectric Power Plant, located on Pelotas River, between the cities of Piratuba (Santa Catarina) and Maximiliano de Almeida (Rio Grande do Sul) in south Brazil. The research aims to analyze the organizational communication products developed by Maesa to communicate with its stakeholders throughout the period of implementation of the dam – between 1998 and 2002. The methodology used is the case study with critical discourse analysis, following the model developed by Locatelli (2001). The main objective is to identify the plans, strategies, methods and products used by the company in this time. Communication products made by the company were quantified, and four of them have been analyzed in depth: radio programs, meetings with the community, the Visitors Center and the press-releases. Moreover, contracts, reports, surveys, e-mails, faxes, presentations, commercial proposals, projects and plans were examined to understand the existing context and conditions and the procedures adopted by the dealer. The results reveal a communication developmental line of reasoning, high visibility, strategically controlled accountability levels and lack of debate. The study is part of the research project "Jornalismo, Comunicação Organizacional e Barragens", coordinated by Prof. Dr. Carlos Locatelli, hosted on the Graduate Program in Journalism (POSJOR) of the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Key-words: Organizational communication, dams, Maesa, Machadinho Hydroelectric Power Plant.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Abertura para participação	24
Tabela 2 -Participação das empresas constituintes da Maesa e do Consórcio Machadinho entre 1999 e 2001	50
Tabela 3 - Comunicação da Maesa – 1998-2001	58
Tabela 4- Emissoras veiculadoras do programa Usina de Notícias 26/04/1999	59
Tabela 5 - Agenda das reuniões ETS no reservatório da UHMA em junho de 1999.....	66
Tabela 6 - Tratamento das perguntas realizadas por atingidos nas reuniões.....	71
Tabela 7 - Temáticas dos releases produzidos pela Maesa entre junho e novembro de 2000	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso adaptado à pesquisa	45
Figura 2 - Resultados da pesquisa de opinião de junho de 2001 sobre o futuro da região	54
Figura 3 - Depoimentos de atingidos de Maximiliano de Almeida (RS) sobre a UHE Machadinho em pesquisa de junho de 2001	55
Figura 4 - Depoimentos de atingidos de Piratuba e Zortéia (SC) sobre a UHE Machadinho em pesquisa de junho de 2001	56
Figura 5 - Fluxograma de produção dos programas do Usina de Notícias.....	61
Figura 6 - Ata de reunião na Linha Salete em Celso Ramos (SC)	69
Figura 7 - Lista de presença de reunião na Linha Salete em Celso Ramos (SC)	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – TORNAR COMUM: O PAPEL E AS MODALIDADES DA COMUNICAÇÃO	14
1.1 Esfera Pública, Deliberação e Discutibilidade	14
1.2 Comunicação Organizacional	21
1.3 Comunicação Estratégica versus Comunicação Pública	25
CAPÍTULO 2 – ENERGIA PARA A NAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E IDEOLOGIA DAS BARRAGENS	29
2.1 Desenvolvimento, Espaço e Ideologia das Barragens	29
2.2 Comunicação e Barragens	35
CAPÍTULO 3 – TRAÇANDO OS RUMOS: OPÇÕES METODOLÓGICAS E PLANO DE AÇÃO	41
3.1 Estudo de Caso	41
3.2 Análise Crítica de Discurso	42
3.4 <i>Corpus</i> da pesquisa	47
CAPÍTULO 4. A PESQUISA EM CAMPO: A COMUNICAÇÃO DE MACHADINHO	48
4.1 A Usina Hidrelétrica de Machadinho	48
4.2 A Comunicação da Maesa	50
4.2.1 O Programa de Rádio Usina de Notícias	59
4.2.2 As reuniões	65
4.2.3 O Centro de Atendimento ao Visitante.....	72
4.2.4 Os <i>releases</i>	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

A importante carga simbólica que carrega a corrida pelo desenvolvimento econômico direciona de forma hegemônica os discursos em torno das políticas do setor energético brasileiro. A energia tornou-se uma espécie de antídoto contra o subdesenvolvimento, a esperança de um futuro glorioso com todos os privilégios que a prosperidade pode proporcionar. De fato, a energia é insumo determinante na conquista dos avanços econômicos e sociais. Todavia, na linha apontada por Locatelli (2011), é a partir do momento em que o sonho do desenvolvimento toma forma no mundo da vida que se tem a contradição: de um lado, o ideal de prosperidade generalizada e de progresso de construção coletiva e, de outro, as severas cicatrizes de cunho social e ambiental decorrentes da construção de grandes obras de engenharia como as usinas hidrelétricas, adotadas pelo Estado brasileiro como carro-chefe da geração elétrica no país.

A implantação de grandes hidrelétricas implica inevitavelmente em intensos conflitos, consequência de reassentamentos compulsórios de milhares de famílias em nome do interesse nacional, frequentemente oposto ao interesse local, o interesse dos atingidos. Esta situação agrava-se a partir do momento em que, com a expansão da democracia, o aproveitamento do gigantesco potencial hidrelétrico brasileiro é repassado para as mãos do Estado, que representa a todos, e concedida a empresas públicas e privadas, de capital nacional e estrangeiro, que representam uma minoria privilegiada. O resultado: ganhos privatizados e prejuízos sociabilizados.

Apesar desta situação irascível, a tendência é de que a contestação à implantação deste tipo de empreendimento seja rotulada como arcaísmo ou retrocesso. “A discussão sobre barragens ganhou certo feitiço de coisa velha, tanto no campo científico quanto em outros espaços, especialmente diante dos argumentos de que questioná-las significa questionar o próprio desenvolvimento (que seria inquestionável)” (LOCATELLI, 2011, p.21). Porém, na contramão da ideia corrente,

[...] projetos dessa natureza não se restringem à implantação de barragens – terminologia mais utilizada na literatura – nem parecem ter relação causal com o estágio de desenvolvimento socioeconômico e o grau de democracia nos países. Dinâmicas muito semelhantes podem ser observadas em distintos países e em torno de diferentes projetos e momentos históricos, sempre envolvendo controvérsias provocadas pela implantação de novas atividades econômicas em

espaços específicos, afetando as pessoas e o ambiente. (LOCATELLI, 2011, p.22)

Controvérsias desta natureza tornaram-se visíveis em 2011, quando a construção da Usina de Belo Monte, na bacia amazônica, ganhou ampla repercussão internacional em virtude de seus grandes impactos socioambientais. O fato desta hidrelétrica vir a se tornar, quando inaugurada, a terceira maior do mundo, centralizou a maior parte da visibilidade midiática da polêmica em torno da implantação de hidrelétricas. Contudo, pouco se debate sobre os outros 161 projetos de geração de energia em construção no Brasil, e tampouco dos 432 que serão iniciados até 2015. Estudo da Empresa Nacional de Pesquisa Energética (EPE) e avalizado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aponta que, para a economia brasileira crescer numa média de 3,7% até 2020 e 4,1% até 2030, deverá ser ampliado em 50% (53.700 MW) o parque gerador existente em 2009. Nessa estimativa, seria necessária a remoção de 100 mil famílias atingidas (EPE, 2007).

Na intersecção entre as ambições e interesses do Estado-nação ao implantar políticas públicas e as oposições críticas e reivindicação de direitos (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) ou a produção de consensos (MAIA, 2008), encontra-se uma complexa rede de processos comunicativos que dá sentido, posiciona e orienta os atores envolvidos em suas ações.

A este fenômeno social de visibilidade e debate público, Habermas (1997, p. 92) denomina esfera pública, a qual “pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, de tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto e se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Com efeito, a

[...] esfera pública constitui-se principalmente de uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 1997, p.92)

Nesta arena de interesses, a comunicação estabelecida entre as empresas executoras dos projetos e seus públicos configura como determinante no transcorrer da implantação de barragens. O caráter público das usinas traz a tona uma série de responsabilidades jurídicas e éticas no âmbito da comunicação. (LOCATELLI, 2011, FARIA 2004).

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 determina que “se dará publicidade” aos estudos prévios de impacto ambiental no caso de projetos que podem causar significativa degradação do meio-ambiente. O marco regulatório do setor elétrico, de 2004, estabelece que devem estar aberto à contestação pública os detalhes técnicos relativos aos princípios adotados pelo Ministério de Minas e Energia para a expansão do setor. A lei ainda determina que o Estudo de Impacto Projeto Básico Ambiental (PBA) deve conter programas de comunicação social para informação da população atingida. Além destes impositivos legais relativos às questões ambientais, a população ainda está amparada por outros dispositivos constitucionais como artigo 5º (direitos individuais), o artigo 37º (princípios da administração pública) e os artigos 220 e 224 (que tratam da comunicação social).

Diante de intensas disputas na esfera pública, acrescida de um panorama de inconstância entre os conceitos de público e privado, a comunicação organizacional estabelece influência determinante no transcorrer dos acontecimentos. É ela que fará a interface da organização perante os mais variados públicos, e a recepção que eles farão dessas mensagens determinará o grau de consenso/consentimento que se estabelecerá entre as partes. Desta forma, “parte-se do pressuposto de que, por serem organizações (constituídas para atingir objetivos determinados), a comunicação por elas produzida e lançada à esfera pública tem uma característica estratégica” (LOCATELLI, 2011 p. 87).

A investigação aqui proposta se insere neste debate a partir da análise da comunicação produzida pelas organizações que compram concessões públicas para implantar e operar hidrelétricas, atendo-se particularmente no caso da Usina Hidrelétrica de Machadinho, localizada no Rio Pelotas, na divisa entre as cidades de Piratuba, em Santa Catarina, e Maximiliano de Almeida, no Rio Grande do Sul.

Ao custo de R\$1,5 bilhão, a barragem foi construída entre os anos de 1998 e 2002. A área de abrangência do reservatório compreende ao todo dez municípios. Além dos já mencionados Piratuba e Maximiliano de Almeida, incluem-se os municípios de catarinenses de Capinzal, Zortéa, Celso Ramos, Campos Novos e Anita Garibaldi e os gaúchos Machadinho, Barracão, e Pinhal da Serra. No processo de implantação, 2.076 famílias foram reassentadas. (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007)

O potencial total de geração em Machadinho é de 1.140 MW (três unidades geradoras de 380 MW), equivalentes a 15% da demanda energética de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Machadinho Energética S.A. (Maesa), consórcio construtor da barragem, foi fundado em 1997 por empresas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, estando sua composição acionária à época estruturada da seguinte forma: Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) com 10,88%; Alcoa Alumínio S.A. com 23,75%; Valesul Alumínio S.A. com 8,77%; S/A Indústrias Votorantim com 59,48%; Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE com 5,84%; Centrais Elétricas de Santa Catarina com 14,64%; Companhia Paranaense de Energia - Copel com 5,2%; Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas com 2,89%; Camargo Corrêa S/A com 5,58% e Inepar S/A Indústria e Comércio com 3,48%. (NÉSPOLI e PIZZATO, 2007)

Compõem o objeto de estudo da pesquisa as estratégias, os processos e os produtos de comunicação da Maesa, de forma a cumprir as exigências legais e atender aos seus interesses. Nessa perspectiva, o problema de pesquisa é compreender e analisar a natureza e a função da comunicação efetivamente produzida pela Maesa durante a construção da Usina Hiderelétrica de Machadinho, entre 1998 e 2002.

O referencial teórico apropria-se do modelo proposto por Locatelli (2011), que utiliza o conceito de população atingida proposto por Vainer (1993) e o de conflito social de Zhouri e Laschefski (2010). As questões de comunicação tem como moldura teórica o conceito de esfera pública (Habermas, 1997), agregando as contribuições de Maia (2006; 2008) sobre o papel da comunicação em espaços participativos. A comunicação das organizações será analisada nesta perspectiva, considerando as contribuições de autores que reivindicam uma posição mais transparente das organizações públicas e privadas na sociedade, entre eles Duarte (2012), Kunsch (2010) e Deetz (2010).

A metodologia utilizada é o estudo de caso (YIN, 2001), com análise crítica de discurso (FAIRCLAUGH, 2008). O corpus de análise compreende o material produzido pela Measa no período de sua implantação, incluindo *releases*, programas de rádio, relatórios de reuniões e relatórios de atividades do Centro de Atendimento ao Visitante (CAV) da usina. Também serão analisados documentos internos que guiaram

e registraram as estratégias do consórcio, como contratos, relatórios, pesquisas, e-mails, faxes, apresentações, propostas comerciais, projetos e planos, entre outros.

A monografia é composta por quatro capítulos. No **capítulo 1** serão apresentadas revisões bibliográficas sobre a comunicação, suas variantes e papéis, incluindo as teorias da comunicação deliberativa e as comunicações organizacional, bem como a comunicação estratégica e pública. O **capítulo 2** trata (a partir do paradigma da comunicação) do debate acerca do desenvolvimento aplicado à questão energética no Brasil, em especial ao debate sobre as barragens. No **capítulo 3** serão apresentadas e analisadas as opções metodológicas realizadas e o recorte empírico escolhido. Por fim, o **capítulo 4** apresenta a análise das estratégias, planos, processo e produtos, identificando as ideias centrais, os argumentos e os níveis de discutibilidade e transparência aplicados.

A conclusão expõe os resultados obtidos à luz do contraste entre a matriz teórica e a análise empírica e coloca-os em perspectiva com os resultados obtidos por Locatelli (2011).

Este estudo insere-se no projeto de pesquisa “Jornalismo, Comunicação Organizacional e Barragens”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Augusto Locatelli e integrante do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da UFSC.

CAPÍTULO 1 – TORNAR COMUM: O PAPEL E AS MODALIDADES DA COMUNICAÇÃO

Neste capítulo apresentam-se os pressupostos teóricos que embasam e delimitam a pesquisa. Situando-se em uma perspectiva de uma organização societal de inspiração habermasiana, com a estratificação em sistemas especializados e, em paralelo, o mundo da vida, *locus* da sociedade civil e dos movimentos sociais, tentar-se-á identificar o papel da comunicação dos sujeitos, das organizações e da mídia e a intersecção de questões centrais como a democracia, a deliberação, a visibilidade, o poder e o direito. São relevantes as contribuições advindas da teoria da democracia deliberativa, que deriva desse modelo teórico e busca amadurecer a proposta de Habermas de uma democracia fundada no discurso. Insere-se neste análise uma reflexão acerca da comunicação empenhada pelas organizações e suas variações derivadas de sua natureza jurídica (pública ou privada), de sua matriz de interesse (público ou privado) e de sua propensão (ou não) ao debate e à persecução do interesse público, categorizados na dicotomia entre comunicação pública e comunicação estratégica.

Os conceitos a seguir apresentados servirão de esteio para que se possa identificar a natureza da comunicação realizada pelo ator selecionado, no contexto em que se inseriu e para os fins a que se propôs agir na análise empírica que adiante será detalhada.

1.1 Esfera Pública, Deliberação e Discutibilidade

A obra de Jürgen Habermas é emblemática do ponto de vista da análise do papel da comunicação na sociedade. Seu pensamento exerceu enorme influência para o campo das ciências sociais, filosofia, direito, ciências da comunicação, entre outras áreas do conhecimento. Entre a publicação de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962) e *Direito e Democracia* (1992), o autor estabeleceu bases para uma vasta bibliografia acerca da esfera pública, comunicação e democracia, incluindo uma revisão de suas teses, ao que se atribui a perenidade e a importância de sua teoria. Considerando tamanha influência que seu trabalho alcançou, faremos a seguir uma análise dos conceitos de esfera pública, debate público e deliberação pública tomando como eixo o itinerário de sua obra.

Tida como a obra de maior repercussão de sua bibliografia, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*) consiste em uma pesquisa

profunda acerca do complexo que envolve o conceito de “esfera pública” ou “publicidade” (Öffentlichkeit). A reflexão se inicia a partir do resgate e da apropriação, pela sociedade burguesa na era das revoluções (Séculos XVII e XVIII), do emprego do termo e de sua prática na idade de ouro da democracia ateniense, consolidando-a no contexto da sedimentação do capitalismo contemporâneo nas principais sociedades europeias (Inglaterra, França e Alemanha).

No modelo estrutural da sociedade ateniense, a formação social associada à ideia de esfera pública advém da forma de sua configuração política. É no ambiente de deliberação política, na *polis*, em que os cidadãos (homens livres atenienses) estabelecem os contornos da vida em comunidade, da conversação acerca daquilo que é comum a todos, das decisões políticas coletivamente tomadas. Este processo parte do pressuposto da igualdade, abrindo caminho, entretanto, para a formação de reconhecimento individual mediante o transcorrer das trocas argumentativas. Sob esta dimensão da vida denominada esfera pública encontra-se a esfera privada (*oikos*), o domínio da posse de mercadorias e suas trocas e dos vínculos interpessoais, cujo núcleo funda-se na família liderada pelo patriarca.

A partir do século XVII, a sociedade burguesa, ao resgatar essa perspectiva de democracia dos gregos, vale-se do pressuposto de paridade para enfrentar uma condição de desvantagem frente a um sistema político despótico. Dotada de uma grande e crescente importância social, advinda principalmente do domínio das relações econômicas, a burguesia viu-se diante de um quadro de baixa influência e exclusão do poder. Tal condição levou-a a “identificar na possibilidade da esfera pública: a) um âmbito livre do domínio das instâncias estabelecidas e b) neutro quanto ao poder político do Estado” (GOMES, 2008 p.37).

Neste sentido, Habermas

descreve, numa perspectiva histórica, a emergência de uma sociedade civil, de pessoas privadas para formar um público, com o propósito de debater assuntos de Estado e questões de interesse comum. [...] um público que, sem poder governar, tinha a capacidade de criticar e de formular recomendações para o exercício do poder político (MAIA, 2008 p.55).

Gomes (2008) ressalta, ainda, dois requisitos fundamentais da esfera pública: a discursividade, segundo a qual as demandas e vontades dos indivíduos deve ser apresentada por meio da palavra, expressa em enunciados, e a racionalidade, que

mediaria os argumentos postos a público, orientado no sentido do consenso e do esclarecimento (*Aufklärung*). “Uma discussão dotada de sentido social, isto é, que não seja uma mera competição verbal supõe que aqueles que discutem empreguem argumentos que são dispostos em posições e contraposições, voltados para a obtenção de uma opinião prevalente ou de um consenso possível” (GOMES, 2008 p.36).

Habermas não forneceu um conceito estrito de esfera pública, distribuindo aceções e pressupostos para a sua compreensão ao longo de toda a sua obra.

Ora ele destaca propriedades que se relacionam com o conceito (como comunicação, rede), ora a trata por metáforas e analogias (como a caixa de ressonância e a de radares da sociedade), ora por funções, papéis e efeitos, ora dizendo o que ela não é (LOCATELLI, 2011 p. 45).

Entretanto, podemos entender a esfera pública, igualmente nos modelos helênico e burguês enquanto uma arena na qual os indivíduos enquanto privados, ou seja, na privação de poderes, influências e assimetrias pré-estabelecidas, apresentam perante a coletividade, ao qual se inclui sem exceções todos os demais indivíduos concernidos nesta discussão, suas vontades, desejos, queixas e demandas de maneira discursiva e argumentativa, numa dinâmica persuasiva e dissuasiva, voltada para o esclarecimento recíproco, sob a égide da racionalidade, de espírito aberto ao diálogo e em busca de uma construção conjunta de consenso.

Ao produto do debate na esfera pública, devidamente “refinado” pelo embate de argumentos racionais, dá-se o nome de “opinião pública”. Gomes (2008) salienta que a opinião pública mantém uma íntima relação com a vontade, pois é a “vontade expressa como posição obtida numa argumentação racionalmente conduzida, é a vontade que se expressa como razão” (GOMES, 2008 p.41). Num Estado de Direito burguês, segundo Habermas, a obediência à opinião pública seria a única forma de legitimação da atividade do Estado – uma ideia que “já almeja a eliminação do Estado, sobretudo como instrumento de dominação” (HABERMAS, 1984 p. 102).

Feita esta conceituação teórica, Habermas parte para a descrição da transmutação deste modelo de esfera pública na realidade contemporânea – o processo de deturpação ou dissolução que denomina “mudança estrutural” (*Strukturwandel*). Tal ideia parte do pressuposto da manutenção de todos os principais conceitos relativos ao funcionamento do processo de “formação da opinião e da vontade”, dentre os quais os mecanismos próprios do sistema político assegurados pelas revoluções burguesas para

esses fins, como o sufrágio universal, liberdade de opinião, pensamento, expressão e imprensa, o Estado Democrático de Direito, o papel do parlamento, etc. Contudo, é a partir da institucionalização dos meios de comunicação de massa de ideologia liberal, da deturpação do papel do Estado e do arrefecimento do paradigma da acessibilidade que se dá a deterioração da esfera pública.

O Estado e o mercado, no novo panorama, estariam reduzindo-se à amorfia. Travestido em seu princípio de ecossistema autônomo e independente de produção e de consumo, o mercado estaria reivindicando ao Estado um intervencionismo extremo, de maneira a equilibrar seus defeitos internos, acrescentando a eles novas funções.

Enfim, o Estado assume, além das atividades administrativas habituais, inclusive prestações de serviço que até então eram deixadas à iniciativa privada: seja confiando tarefas públicas a pessoas privadas, seja coordenando atividades econômicas privadas através de plano de metas, ou se tornando, ele mesmo, ativo enquanto produtor e distribuidor. (HABERMAS, 1984. P.176)

Na esteira da expansão da ideologia liberal, os meios de comunicação de massa e destacadamente o jornalismo alcançaram níveis muito elevados de eficácia e sofisticação técnica. Entretanto, “quanto maior se tornou a eficácia jornalístico-publicitária, mais vulneráveis se tornaram à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos” (HABERMAS, 1984, p.221). Dessa forma, os discursos e argumentos tornados públicos pelos *media* são apresentados na sua forma final, acabada, dispensando assim o princípio da discussão e lapidação dos argumentos. Ao público restaria o ato de anuir, ou quando muito escolher de maneira plebiscitária, ou seja, mediante restritas alternativas estanques (GOMES, 2008). Assim, a discussão neste novo cenário desaparece do campo de visão público, tornando-se restrita a poucos indivíduos ungidos pelo poder econômico do grande capital, selando aquilo que seria o terceiro elemento de dissolução da esfera pública: a negação do acesso. Este processo privaria os indivíduos economicamente fragilizados de “conquistar uma influência que deveria compensar politicamente a igualdade de oportunidades que é violada no setor econômico (caso um dia ela sequer tenha existido)” (HABERMAS, 1984. p. 173).

De forma sucinta, a tese defendida por Habermas é a do surgimento de esfera pública postiça, ou uma pseudoesfera pública, que remontaria ao seu propósito original apenas na forma, mas estando deformada e deslegitimada em sua condução por consequência do avanço do grande capital.

A despeito da ampla repercussão alcançada por *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, sua recepção fora do território alemão tardou a acontecer. A tradução francesa foi publicada com 15 anos de atraso, em 1978. Apenas após a publicação da tradução inglesa, no entanto, é que a “public sphere” ganhou espaço permanente nas discussões, sobretudo dos campos da filosofia, das ciências sociais, da comunicação e do direito. (REESE-SCHÄFER, 2012; MAIA, 2008; GOMES, 2008). Ocorre que este hiato no percurso histórico parece ter sido oportuno do ponto de vista do tempo de amadurecimento da teoria pelo próprio Habermas.

Obras publicadas no intervalo entre sua publicação e consagração ou no auge de seu afloramento na comunidade científica deram conta de sedimentar conceitos inacabados e fechar os flancos deixados pela emblemática, porém teoricamente vulnerável *Mudança Estrutural*. Maia (2008) menciona como principais críticas e fraquezas a sua explicação de esfera pública proletária, a idealização de uma suposta implantação de Estado de bem-estar social e o próprio conceito de declínio da esfera pública em tempos de expansão de direitos.

Em 1981, Habermas publica a Teoria do Agir Comunicativo (*Theorie des Kommunikativen Handelns*), considerada a sua obra magna. O texto cumpre o papel de sedimentar sua teoria, introduzindo conceitos basilares para a compreensão de seu pensamento. Nele, o autor propõe um modelo de sociedade binário, composto pelo sistema mercado e pelo sistema Estado. Na relação que se estabelece entre estes sistemas vigora a lógica da diferenciação proposta por Habermas (1992), segundo a qual cada um se mantém em constante e acelerada diferenciação social, estratificando-se em subgrupos especializados, cada vez mais complexos, guiando-se de acordo com lógicas, propósitos e códigos próprios (MAIA, 2008).

Ao lado deste arranjo bissistêmico está o que Habermas denomina “mundo da vida”, que se refere às interações intersubjetivas dos indivíduos atravessados por estes sistemas e regidos pelo cânone cultural. Estas interações são de ordem social, aplicadas por ferramentas da linguagem, ou sistêmica, a partir das ações institucionalizadas próprias dos sistemas. Ocorre que, no capitalismo avançado, a overdose de carga comunicativa encaminha para a necessidade de burocratização e monetarização das relações, fazendo prevalecerem as trocas sistêmicas perante as sociais, num processo que Habermas descreve como “colonização do mundo da vida”.

Desta trama de relações em que se manifesta o mundo da vida aflora a sociedade civil, o “núcleo institucional formado por associações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997. p. 99). O conceito de sociedade civil é especialmente relevante do ponto de vista desta pesquisa, em especial no que se refere aos movimentos sociais. Estas instituições são aquelas que, em um ambiente democrático, fazem interface entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, à medida que, na racionalização e valoração das relações entre estes atores, posicionam os membros da sociedade no debate acerca das demandas dos cidadãos. Maia (2008) observa que, a medida que “os sistemas tendem a invadir e colonizar o mundo da vida (isto é, impor-lhe suas lógicas funcionais próprias), eles alargam as zonas de conflito e aumentam as oportunidades para politização das questões” (MAIA, 2008. p.66).

Tal debate sobre as condições e o posicionamento da sociedade diante do modelo habermasiano é elucidado pelo autor em *Direito e Democracia (Fakzität und Geltung)*, de 1992. Esta obra marca o retorno de Habermas à temática da esfera pública, inaugurando um novo momento de seu pensamento, desta vez menos fatalista e mais otimista. A introdução desta nova abordagem pode ser considerada uma virada, que teria origem principalmente na emergência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 – algo que, na ocasião e no contexto da publicação de *Mudança Estrutural*, não poderia ter previsto.

Em *Direito e Democracia*, a teoria habermasiana do campo do direito, são esclarecidos os mecanismos de operação de alguns conceitos, como a “formação discursiva da opinião e da vontade”, a “ação comunicativa” e o “discurso”. A formação da opinião e da vontade refere-se igualmente aos processo de produção de opinião pública e de decisões políticas, de tal sorte que o Direito, ou seja, as ações legislativas, devem ter como base a opinião pública, porém de forma indireta. Significa dizer que, embora apenas a opinião pública possa legitimar as decisões dos corpos legislativos institucionalizados, esta interferência deve se dar de forma não institucionalizada. Dessa forma, defende-se que um teste de legitimidade do processo democrático está em analisar o nível de permeabilidade que demandas, pressões e opiniões da esfera pública possuem em relação ao parlamento (GOMES, 2008 p.77).

A crítica que Habermas apresenta das visões correntes da democracia em *Direito e Democracia* configura um gatilho para a abertura de um novo campo de investigação:

a da democracia deliberativa. Esta crítica consolida-se com a publicação, em 1993, do artigo “Três Modelos normativos de Democracia”, onde apresenta uma análise comparativa dos modelos democráticos liberal e republicano.

Os modelos liberal e republicano diferenciam-se basicamente no entendimento do papel do processo de democrático. Na concepção liberal, os cidadãos caracterizam-se pelos direitos que possuem diante do Estado, e articulam-se politicamente, principalmente por meio do processo eleitoral, no sentido de conduzir sua administração na direção de seus interesses privados, fundado essencialmente nas relações de mercado. A concepção republicana diferencia-se desta ao não restringir ao Estado o papel de proteção de direitos subjetivos privados, mas sim no proporcionamento de meios inclusivos de discussão com base na solidariedade e no bem comum, priorizando a política como uma contestação de valores e não de preferências (HABERMAS, 1993).

Em oposição a esta dicotomia liberal-republicana, Habermas propõe como alternativa a “democracia deliberativa”, de matriz discursiva, isto é, a que “apoia-se precisamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a presunção de gerar resultados racionais, porque nele o modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda a sua amplitude” (HABERMAS, 1993 p.45). A introdução deste novo conceito à teoria de Habermas inaugurou uma nova fase na teoria democrática. Desde a guinada deliberativa de Habermas, observou-se um movimento amplo nesta direção, tanto no campo teórico, uma vez que os principais teóricos da democracia adotaram o conceito de “deliberação”, quanto no campo prático, com a adoção deste modelo em um conjunto bastante diversificado de instituições políticas nas democracias contemporâneas (AVRITZER, 2009 p.7).

Avritzer (2009) atribui quatro elementos principais à democracia deliberativa. Primeiro, o fim da ideia da democracia baseada no voto, ou seja, na qual indivíduos possuem opiniões formadas e que caberia a democracia descobrir estas opiniões. Segundo, o ideal da justificação, associado com a racionalidade democrática, que defende que as decisões devem ser justificadas de forma qualitativa e não baseada no cumprimento de rituais de legitimação. Terceiro, o princípio da inclusão, que impõe que todos os indivíduos concernidos devem tomar partido nas decisões. O quarto, considerado pelo autor “o centro do cânone democrático”, é a necessidade de aprimoramento das instituições em busca de atender à necessidade de formas amplas de discussão (AVRITZER, 2009 p.8).

Marques (2009) considera a deliberação pública como uma abordagem apropriada dos conflitos políticos e sociais travados nas sociedades contemporâneas porque defende conexão de dois processos que anteriormente eram vistos como adversos: as discussões cívicas entre os cidadãos e as decisões políticas legislativas. “Essa perspectiva de via dupla é a razão pela qual a deliberação atrai nossa atenção para problemas ligados a interesses conflituais defendidos em diferentes arenas da comunicação por atores que, a princípio, devem considerar todos os pontos de vista apresentados no debate” (MARQUES, 2009, p.12).

Todavia, embora a deliberação pública presume a busca do bem comum, Mansbridge et al. (2009) reconhecem a importância de assumir o interesse pessoal em negociações, o que

reduz a possibilidade de exploração e ofuscamento, introduz informações que facilitam soluções razoáveis e a identificação de respostas integrativas e ainda motiva uma deliberação vigorosa e criativa. Incluir o interesse próprio como ideais de regulação abraça a diversidade dos objetivos humanos assim como a diversidade das opiniões humanas (MANSBRIDGE et al, 2009 p. 72)

Esta perspectiva, no entanto, pressupõe o que Marques (2009) denomina “movimento em direção ao outro”. “Tal movimento valoriza as dimensões reflexivas do uso da linguagem, ou seja, o esforço de considerar a palavra do outro, de interpretá-lo, de convencê-lo e de se deixar persuadir por ele” (MARQUES, 2009, p.13). Mutz (2006) acrescenta o fato de que o ato de ouvir o outro lado condiciona os participantes a ressignificar o próprio problema e, conseqüentemente, a dinamizar formulação de soluções conjuntas. Entretanto, esta horizontalidade é difícil de obter, considerando que as diferentes visões dos interlocutores se associam a diferentes níveis de poder.

1.2 Comunicação Organizacional

Pode-se entender a comunicação organizacional de distintas angulações. Aquelas mais voltadas à *praxis* do mercado privilegiam um entendimento estreito e simplificado, colocando-a como uma ferramenta à serviço de necessidades de informação de uma organização para orientar indivíduos em direções específicas, considerando aspectos técnicos, físicos, temporais e econômicos.

De fato, o nexos entre comunicação e organização curiosamente esteve ainda mais presente em momentos em que o campo de organizações passava por estágios reducionistas ou limitantes, e a percepção do

espectro interacional e de relações interpessoais, tanto do ponto de vista psicossocial como comunicacional, ajudou a trazer ao campo organizacional a importância das dimensões subjetivas e interpretativas da realidade organizacional (CALDAS, 2010 p. 29-30).

Significa dizer que o pensamento sobre a comunicação organizacional, tanto na perspectiva de sua concepção quanto de suas práticas, apenas viu emergir a complexidade em si encerrada com o resgate de suas dimensões cognitivas, semiológicas, discursivas e sociopolíticas.

Baldissera (2004 p.128) entende a comunicação, em seu sentido amplo, como o “processo de construção e disputa de sentidos”. Esta compreensão do termo privilegia o papel dos sujeitos enquanto agentes de ressignificação permanente e cotidiana das entidades semióticas correntes, de tal maneira que “o sentido que circula na cadeia de comunicação é selecionado, articulado, disputado e (re)construído pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo comunicacional” (BALDISSERA, 2004). Tal compreensão sintetiza as modificações descritas por pesquisadores no papel da comunicação no cenário atual, contrapondo-se ao entendimento que atribui ao processo comunicativo o transcurso linear de mensagens entre indivíduos e grupos com finalidades específicas¹.

Evolução semelhante da compreensão epistemológica pode ser observada no campo da comunicação aplicada às organizações, definidas por Nassar (2009 p.62) como “sistema social e histórico, formal, que obrigatoriamente se comunica de forma endógena, com seus integrantes, e de forma exógena, com outros sistemas sociais e com a sociedade”. Neste contexto, nota-se que, para além de uma entre muitas ferramentas de gestão organizacional,

a comunicação, cada vez mais, vem sendo reconhecida como um processo fundamental pelo qual as organizações existem e como ponto central para análise da produção e reprodução organizacionais. [...] essas novas concepções, diferentes das anteriores, têm como foco não a transmissão, mas a formação de significado, da informação e do conhecimento, bem como o grau em que esse processo é livre e aberto em relação à inclusão das pessoas e do seu contexto. (DEETZ, 2010, p. 84-85)

¹ Referimo-nos aqui à escola norte-americana (*Mass Communication Research*), consolidada nos anos 1930 e 1940 e considerada uma das linhas de pesquisa fundadoras do campo científico da comunicação. Caracterizando-se pela forte contribuição da corrente funcionalista, a escola norte-americana enquadrou a comunicação, hoje entendida como um processo, na qualidade de sistema, cujos modelos-síntese compunham-se de teoremas e algoritmos que os simplificaram seu entendimento a ponto considerá-la a partir de critérios eminentemente matemático-quantitativos. Uma genealogia da pesquisa norte-americana é apresentada em: ARAÚJO, C. A. A Pesquisa Norte Americana. In: Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2008.

As causas atribuídas ao amadurecimento do *ethos* da comunicação organizacional estão principalmente relacionadas com a reconfiguração das demandas do mercado e da sociedade a partir do advento da globalização, que acirrou a necessidade de perseguição de metas de posicionamento mercadológico e gerou um acelerado processo de profissionalização dos quadros dentro das organizações – o que, no Brasil, pode-se observar marcadamente a partir da década de 1990 (TORQUATO, 2009). Kunsch (2009), por sua vez, acrescenta como causa deste fenômeno o contributo do amadurecimento da disciplina da comunicação organizacional no âmbito científico-acadêmico.

Nesta transição para um modelo mais subjetivado de comunicação organizacional, Deetz (2010) delinea dois eixos de tratamento da comunicação organizacional. O primeiro diz respeito à proposta de entendimento do processo de formação de sentidos, podendo ser considerado a partir dos indivíduos isoladamente ou da interação entre eles (proposta construtivista-relacional). O segundo relaciona-se com o nível de participação imputado no processo comunicativo, enxergando o interlocutor ou como objeto de persuasão, influência e complacência ou como membro ativo da tomada de decisões e definição dos significados. Este modelo pode ser melhor visualizado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Abertura para participação

Concepção de significado	Controle estratégico	Reciprocidade
Centrado na pessoa	<p>Comunicação estratégica</p> <p>Principais interesses: distribuição de informação, persuasão, influência e ganho de complacência</p> <p>Melhores exemplos vistos em: campanhas, relações públicas, propagandas</p>	<p>Democracia liberal</p> <p>Principais interesses: liberdade de expressão, deliberação, negociação, representação, aplicação dos direitos legais.</p> <p>Melhores exemplos vistos em: reuniões de prefeituras, processos legislativos e judiciais</p>
Construtivista-relacional	<p>Administração da cultura</p> <p>Principais interesses: mudança de significados dominantes, integração, controle imperceptível, e gerenciamento de corações, mentes e almas.</p> <p>Melhores exemplos vistos em: indústrias culturais; gerenciamento de cultura corporativa</p>	<p>Democracia participativa</p> <p>Principais interesses: garantir que todas as posições relevantes sejam ouvidas; formação de significado livre e aberta; manutenção do pluralismo e diferença.</p> <p>Melhores exemplos vistos em: processos de resolução de conflitos com vantagens para todos e colaborações comunitárias</p>

Fonte: Deetz, 2010.

A reivindicação de práticas mais democráticas de comunicação é, de fato, um dos maiores clamores de uma sociedade cada vez mais pluralista, interdependente, difusa e imbuída na luta democrática pela aquisição e consolidação de direitos.² Reivindicação que se configura em um grande desafio às organizações que, frequentemente, flagram-se sustentando práticas assimétricas de produção de sentidos à revelia do que os próprios membros da organização acreditam estar promovendo (Deetz, 2010). Este logro ocorre de maneira acentuada, segundo o autor, no terreno da linguagem, na medida em que se privilegia determinadas formações discursivas que resultam em consentimentos controlados, visto que “a linguagem, é claro, é o *locus* mais central em que a estratégia latente e o privilégio discursivo existem” (idem p.93).

Fairhurst e Putnam (2010) centralizam no “discurso” toda dinâmica existencial das organizações, atribuindo a ele “a real fundação sobre a qual a vida organizacional é

² Um interessante compêndio de avanços no âmbito legislativo referente à consolidação de direito à informação e à livre expressão pode ser encontrado em STUART, A. Cidadania Ativa e Liberdade de Informação. In: DUARTE, J. (org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

construída” (FAIRHURST; PUTNAM, 2010, p.110). Entretanto, haja vista a amplitude e variabilidade do termo poder incorrer no perigo de “representar tudo, e conseqüentemente nada” (ALVESSON; KÄRREMANN, 2000 apud FAIRHURST; PUTNAM, 2010) um termo mais delimitado tem sido mais amplamente utilizado nas análises por pesquisadores para identificar a manifestação das intencionalidades das organizações na escolha do discurso: a “retórica”.

Aqueles que adotam a abordagem retórica preocupam-se principalmente em descobrir como o discurso pode ser usado para obter determinados resultados. Nada mais grato à mentalidade empresarial. Nada mais útil a todos quanto usem a palavra e outros símbolos para exercer influência. No caso do discurso organizacional, esses resultados remetem à legitimação – de produtos, serviços, diretrizes, objetivos, desempenho, lucros, projetos, políticas, inovações, comportamentos, causas e conseqüências – enfim, tudo o que for importante para a sobrevivência organizacional nos melhores termos possíveis. (HALLIDAY, 2009, p.33)

1.3 Comunicação Estratégica versus Comunicação Pública

Levando em consideração o modelo pelo qual são fundadas as organizações, sendo elas “constituídas para atingir objetivos determinados, a comunicação por elas produzidas tem uma característica estratégica” (LOCATELLI, 2011, p.87). Oriundo do militarismo, o termo, ao que indica Pérez (2001) (apud LOCATELLI, 2011), remonta do período entre os séculos V e VI a.C., quando primeiramente foi registrado na Grécia e na China, referindo-se não somente ao uso da força, mas também da linguagem e da comunicação. Esta associação às práticas militares perdurou “até meados do século XIX, quando alcançou a condição de disciplina científica, sendo especialmente desenvolvida no século XX a partir dos estudos da teoria dos jogos” (LOCATELLI, 2011 p.88). Desta apropriação do termo da guerra militar à guerra de mercado (ibid.), sua essência manteve-se no que se refere ao estudo e monitoramento do adversário,

para que possam [as organizações], a todo momento do processo, ajustar e/ou redefinir as estratégias comunicacionais, [...] uma vez que as regras tornam-se mais claras durante a comunicação e, mediante interpretação da performance do interlocutor, é possível construir uma imagem e reconhecer algumas de suas intenções.” (BALDISSERA, 2001)

Dessa maneira, podemos definir a comunicação estratégica como “uma forma de atuação comunicativa não espontânea, em que a ação de persuadir e influir nos demais é necessária e organizada a partir de uma intencionalidade que ordena os elementos do discurso” (LOCATELLI, 2011, p.89).

Paralelamente à incorporação do paradigma da estratégia pelas organizações, a partir da lógica de mercado e da expansão do capitalismo, outras demandas e necessidades relacionadas à expansão da democracia fizeram-se presentes. Este fenômeno, que encontra resposta na atuação da denominada comunicação pública, reivindica às organizações:

(a) o compromisso de privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; tratar comunicação como um processo mais amplo que informação; (c) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesse dos públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo *uno*". (DUARTE, 2007 p.59)

Embora uma acepção mais simplista do termo comunicação pública possa sugerir que caiba prioritariamente às organizações de Estado, governo, empresas de capital público e instituições republicanas (partidos) a sua promoção, uma expansão semântica a partir de sua vinculação com o interesse público outorga também às organizações de mercado o seu exercício. Assim sendo, pode-se dizer que

a defesa do interesse público não é prerrogativa do Estado e as novas formatações do capitalismo (o lucro exige a preservação do mundo, das espécies e um Estado que possa investir) marcam o discurso da responsabilidade social das organizações privadas e o investimento em organizações não-governamentais" (WEBER, 2011, p.105).

López (2011), ao defender a comunicação pública a partir do que denomina *advocacy*, definida enquanto "estratégia de convocatória e construção de propósitos comuns, com o objetivo de produzir significado e sentido compartilhados em assuntos de interesse coletivo" (LÓPEZ, 2011, p.62), propõe um modelo de comunicação pública sem vinculação a organizações específicas e com intuito de mobilização social. Locatelli (2011) acrescenta ao debate da natureza das organizações praticantes de comunicação pública o fato de que,

a natureza da organização, embora possa ser um critério interessante, parece ser insuficiente para compreender a ação das organizações em sociedades complexas. Uma empresa pública, por exemplo, pode procurar por meio de sua comunicação imputar ao debate público seus interesses particulares como se públicos fossem tanto quanto uma organização privada que defende os mesmos interesses (LOCATELLI, 2011, p.94)

Em debates na esfera pública marcados por conflitos, esta tensão existente entre comunicação pública e comunicação estratégica é determinante para identificar a

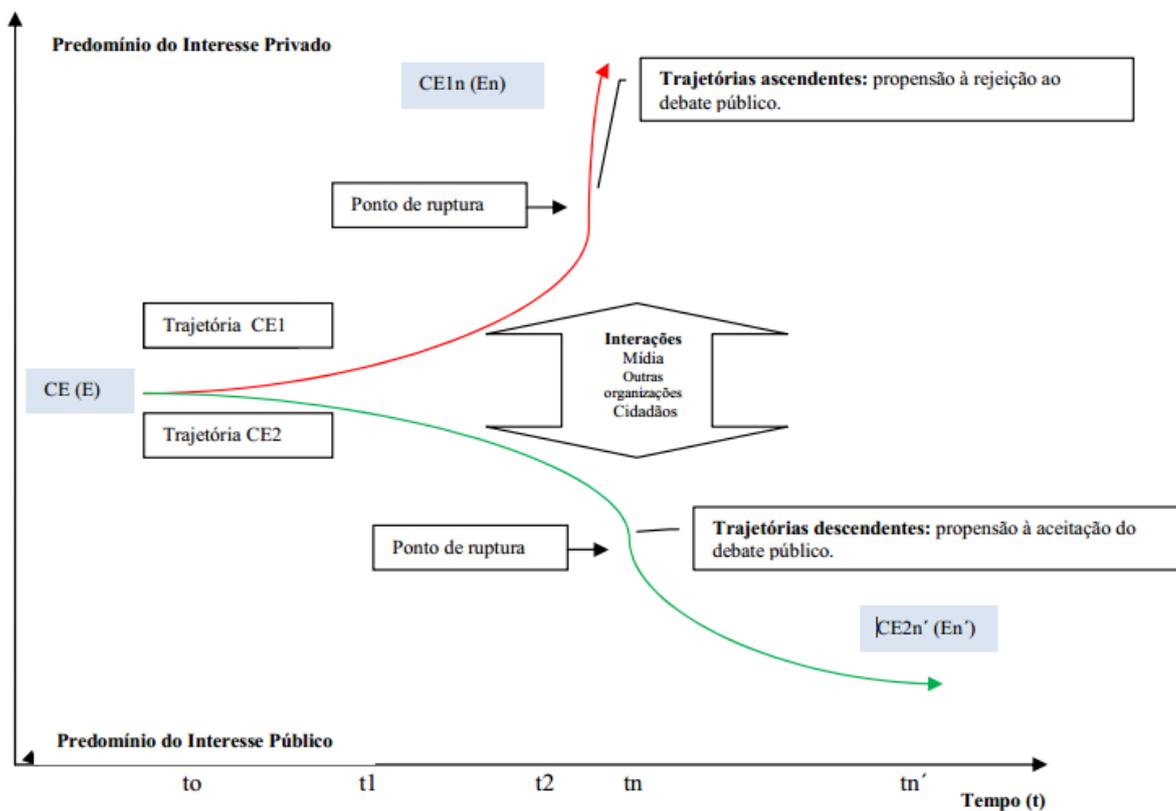
qualidade do debate existente e as condições impostas a cada ator. Maia (2011) alerta para o fato de que ,

em certas situações de conflito envolvendo questões controversas presentes na comunicação pública – situações caracterizadas por baixos níveis de confiança entre os interlocutores e por grandes riscos em jogo – podemos esperar que muitos participantes formulem suas comunicações com propósitos estratégicos (MAIA, 2011, p.270)

A autora que, nesses casos, deflagram-se processos de cooperação para o consenso, o que denomina como “interação transformativa”. Ele se dá como produto dos compromissos assumidos por cada ator, as imposições legais, a pressão social, reivindicações de cunho moral e ético, e pressão por apresentação de justificativa por suas ações e atitudes. Este estado de cooperação dialógica, portanto, seria atingido mediante “a permanente *accountability* dos atores em situações problemáticas, isto é, a necessidade de ser responsivo às objeções do outro, de promover respostas às suas demandas e considerar suas preocupações” (MAIA, 2006, p.161).

No entanto, a despeito da necessidade de transparência e *accountability* para a confluência de objetivos e construção de consensos, Locatelli (2011) alerta para a existência de um “ponto de ruptura”, a partir do qual, independentemente da opção estratégica inicial da organização (se por uma rejeição ou aceitação do debate público), a transparência irá de encontro aos seus objetivos e o seu comportamento, por consequência, tenderá à prática da persuasão e do silêncio para preservar seus interesses.

Figura 1 – Gráfico das trajetórias da Comunicação Estratégica das organizações em ambientes de debate público



Fonte: Locatelli (2011 p. 96)

CAPÍTULO 2 – ENERGIA PARA A NAÇÃO: DESENVOLVIMENTO E IDEOLOGIA DAS BARRAGENS

O presente capítulo situa o objeto de estudo – a comunicação da Maesa na implantação da Usina Hidrelétrica de Machadinho – em seu contexto histórico, econômico, social e comunicativo. Resgata-se a origem dos princípios e a formação histórica do ideal do desenvolvimento, acompanhando-o pelo processo de modificação dos espaços no encaço, de um lado, da expansão do capitalismo e, de outro, da expansão da democracia nas sociedades contemporâneas, processos cuja intersecção origina o grande debate acerca das questões ambientais que consolida-se a partir da década de 1960 do século XX. Busca-se compreender as origens e consequências da “ideologia das barragens” proposta por McCully (2011), que justificou a construção de 50.000 barragens nos últimos 5.000 anos, represando dois terços dos rios do planeta e desalojado mais de 80 milhões de pessoas, bem como a importância das barragens no cenário geopolítico mundial e no caso brasileiro, onde têm sido determinantes no processo de ampliação da matriz eletro energética.

A seguir, tenta-se sintetizar o estágio do trabalho acadêmico realizado no Brasil sobre comunicação e barragens, localizando os principais ângulos de análise desenvolvidos, as conclusões e as lacunas encontradas na bibliografia.

2.1 Desenvolvimento, Espaço e Ideologia das Barragens

O ideário da modernidade, historicamente concebida a partir das revoluções francesa e industrial, politicamente pela constituição dos Estados nacionais e intelectualmente pelo surgimento e expansão dos princípios humanistas e liberais – que aponta para a perspectiva de progresso humano e material ilimitado – foi o gatilho para o surgimento, no século XIX, do conceito contemporâneo de desenvolvimento. Seu espaço na literatura se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, que determinou profunda reordenação do cenário mundial. Fica abalado o conceito de progresso, diante da utilização indiscriminada da ciência para justificar e aparelhar genocídios de larga escala e diante da contestação estarrecedora da brutalidade, da barbárie e da cobiça econômica e política humanas (PASE, 2012).

Duas vertentes de pensamento sobre o desenvolvimento surgem neste momento. A primeira delas, de viés crítico, contesta o modelo clássico do capitalismo e institui a

teoria do imperialismo, que sustenta que o colonialismo é um entrave ao desenvolvimento. Esta visão deu origem às revoluções socialistas, transformando a geopolítica mundial em uma arena bipolarizada com disputas de hegemonia entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), e o bloco socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A segunda perspectiva é de viés liberal, e consolida-se no enalço do acelerado crescimento econômico e avanço tecnológico experimentado pelos países capitalistas no período pós-guerra. Destacam-se as teorias da modernização, que explica a transição das sociedades tradicionais para sociedades modernas (PASE, 2012).

No cenário da guerra fria, o Brasil e a América Latina alinham-se aos EUA, e com isso, estabelecem acordos para estimulação do desenvolvimento econômico. Este processo inicia-se na década de 1950 e intensifica-se nas décadas de 1970 e 1980, período que marcou o início das grandes políticas de modernização econômica, política e social dos países do Terceiro Mundo. Isto se deu devido a expansão da ideia de que estas nações alcançariam estágios satisfatórios de desenvolvimento após uma fase inicial de maciços investimentos em infraestrutura de transporte, energia e em instalação de indústrias de base, sob o amparo de ditaduras locais e elites econômicas. Seguindo esta visão, estes aportes financeiros desciriam para as bases da pirâmide econômica na esteira do processo de geração de empregos e instalação de um Estado de bem-estar social. O que se observou, contudo, foram alarmantes consequências sociais e ambientais, com vastas áreas de ecossistemas naturais exterminados, comunidades tradicionais desmanteladas, êxodo rural descontrolado, aumento da desigualdade social e graves violações aos direitos humanos. Diante deste paradoxo entre meio-ambiente e desenvolvimento, emerge no cenário acadêmico, político e midiático o debate ambiental, que contesta o modelo de desenvolvimento que se espalhou por quase todo o mundo (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

A emergência de movimentos sociais e ONGs ambientalistas introduziu a discussão que pôs em xeque o modelo de atuação de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os principais introdutores e condutores destas políticas em todo o mundo. No Brasil, o assassinato de Chico Mendes em 1988 representou um marco neste processo, pois simbolizou o auge dos conflitos entre desenvolvimentistas e ambientalistas e visibilizou a proposta do líder seringueiro e de seu grupo, que defendia a economia sustentável e a inclusão dos povos da floresta,

quebrando a clássica oposição entre homem e natureza presente inclusive nos discursos da primeira geração de ambientalistas. Como consequência desses eventos, o Banco Mundial e o FMI suspenderam financiamentos de grandes projetos e instituíram a necessidade de estudos de impacto socioambiental e planejamento participativo para novos projetos. Em 1992, a realização da II Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, conhecida com o a ECO-92, que contou com a participação de lideranças de 108 países do mundo, levou a comunidade internacional a um amplo consenso acerca da necessidade de manutenção de um tripé economia-ecologia-equidade social (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010)

Entretanto, apesar da centralidade conquistada pelo debate ambiental e a ampla sinalização na direção da sustentabilidade, pode-se dizer que, na prática, os avanços foram tímidos. A visão que se consolidou foi a da mitigação de impactos através de soluções tecnológicas mais sustentáveis, mantendo, na estrutura, o modelo clássico de desenvolvimento. Nesse processo,

a maior parte das ações ambientalistas tem se concentrado nos esforços para uma espécie de ‘pedagogia’ voltada para o esverdeamento do empresariado, ou seja, estratégias de convencimento junto ao empresariado para a adoção de planos de gestão ou manejo ambiental, além da elaboração de políticas sociais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.14)

Tal processo de apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável pelos organismos de mercado escancarou as fragilidades da tentativa de reformulação da lógica do desenvolvimento em um cenário em que o capitalismo segue em expansão, e encerra o debate em torno do modo de produção capitalista e do processo de apropriação do espaço geográfico daí decorrente.

Se de um lado movimentos ambientalistas avaliam que dadas as atuais taxas de crescimento econômico seriam necessários “dois planetas” para suprir a demanda de matérias primas e energia, de outro instituições multilaterais como o Banco Mundial não acreditam nesse cenário “catastrófico”, entendendo que as taxas de demanda de energia irão cair por conta de ganhos de eficiência e novas tecnologias. Para tornar mais complexa esta discussão, países que agora iniciaram ou aceleraram processos de desenvolvimento intenso, como a China e o Brasil, reivindicam o direito de usar os recursos naturais, a exemplo do que fizeram (e ainda fazem) os países desenvolvidos. (LOCATELLI, 2011, p. 130).

Fato é que, independentemente do ângulo argumentativo que se tenha diante desta controvérsia, “o desenvolvimento sob todas as suas formas é em essência uma atividade espacial” (VANDERGEEST, 2003 apud LOCATELLI, 2011, p.102), e o

desenvolvimento no capitalismo contemporâneo pressupõe, a partir de sua lógica intrínseca, o aumento progressivo da prospecção e da oferta de recursos naturais e a transformação do espaço em uma variável do processo de produção, ignorando a dimensão social ali existente.

De acordo com Santos (2004, apud ROCHA, 2012, p.54), o espaço é um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Os “objetos”, nesta definição, compreendem “tudo o que existe na superfície da Terra, toda a herança da história natural e todo o resultado da ação humana que se objetivou”(idem). Enquanto “ação” caracteriza-se pelo processo decorrente da busca de um propósito, que, ao ser praticada, implica na mudança do objeto, do meio e do próprio agente. Sobre o “tempo”, Rocha (2012, p.55) ressalta duas perspectivas: as das “sucessões” e a das “coexistências”. A primeira refere-se à sucessão dos fenômenos decorrentes do processo social que se dá no espaço. A segunda perspectiva refere-se a coexistência de “temporalidades”, isto é, diferentes percepções e organizações do tempo de diferentes agentes sociais que coabitam a mesma região.

Locatelli (2011, p.132) acrescenta o conceito de território, que seria “um espaço marcado por relações de poder”. Isto porque seria: “resultado de um ator que realiza um programa em qualquer nível. Ou seja, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993 apud LOCATELLI, 2011 p.132).

Esta transformação é a síntese do que ocorre com a implantação de barragens, quando os consórcios construtores e o Estado definem o local para a instalação de um empreendimento, determinando a retirada de milhares de indivíduos deste território. O agente de maior poder, neste caso os consórcios construtores sob o aval do Estado, define o que este espaço é, para quem serve e quem deve dele se apropriar, territorializando-o. Sevá Filho (2010, p.116) salienta que a cada implantação de um grande projeto “decorre que todos os outros projetos e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis”.

De fato, no panorama dos grandes vetores da exploração ambiental pelo capitalismo, a água doce configura-se como um dos casos mais emblemáticos. Ao longo de toda a história, a distribuição e a apropriação humana dos grandes rios determinou

em grande medida a viabilidade de instalação das grandes civilizações, e o seu domínio técnico para os mais variados fins, conforme ressalta Locatelli (2011):

Ao longo do século XX, particularmente, os rios foram vistos como fontes para energia, irrigação ou transporte, ou mesmo como forma rápida e aparentemente barata de se livrar do lixo e do esgoto, seja em cidades que cresciam aceleradamente seja da indústria que nascia a partir da revolução industrial. [...] Diante das mudanças físicas, químicas e biológicas, o próprio conceito de rio chegou a ser adaptado: Terra (1970) criou a taxonomia 'rios industrializados' referindo-se aos cursos que se tornam esgotos de sistemas industriais, e McCully (2001) definiu 'rios silenciados' aos que tiveram seus cursos definidos por barragens. (LOCATELLI, 2011 p.103).

A hidroeletricidade, apesar dos elevados impactos ambientais e sociais que acarreta, foi abrigada no discurso do desenvolvimento sustentável em virtude, essencialmente, de seu baixo custo financeiro em perspectiva com a energia gerada e pelo fato de ser considerada limpa, pois seu único resíduo é o calor. O auge da construção de barragens se deu entre 1930 e 1970, quando sua implantação foi disputada por países com potencial hídrico por ser considerada símbolo de poderio econômico e de arrojo técnico, do controle humano sobre a força da natureza. Contudo, tão logo os problemas decorrentes da implantação de barragens começaram a se fazer sentir com força, a discussão em torno das cicatrizes sociais e ambientais emergiu.

Neste processo, é emblemático o relatório emitido em 2000 pela Comissão Mundial de Barragens (CMB), uma equipe independente de especialistas de todo o mundo criada em 1997 e vinculada à Comissão Mundial de Barragens, órgão constituído em ação conjunta do Banco Mundial, governos, empresas e ONGs. O documento revelou dados alarmantes sobre os impactos das barragens, que somam mais de 50.000 barragens espalhadas por dois terços dos rios do planeta, alagando uma área equivalente à Espanha e tendo desalojado cerca de 80 milhões de pessoas apenas no século XX. Seus impactos vão desde a ameaça de extinção de espécies (em especial de peixes), severas mudanças climáticas e a interrupção de ciclos de produção de bens e serviços que atendem a milhões de pessoas. Por outro lado, elas produzem 16% da eletricidade no mundo, sendo que um terço dos países dependem delas para produzir mais da metade de sua energia, e irrigam culturas de alimentos que suprem cerca de 15% da população mundial. (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000).

Contemporaneamente, do ponto de vista político e econômico, as barragens respondem, junto com outros megaprojetos como complexos urbanos, portos, estradas,

refinarias, minas, grandes indústrias e plantações industriais, a interesses de muitos setores da sociedade, como empreiteiras, empresas de serviços e o próprio Estado, buscando ao mesmo tempo instituir uma visão otimista e complacente a esse respeito (ARROJO, 1999; SANJUAN; BÉREAU, 2001; GELLERT; LYNCH, 2003 apud LOCATELLI, 2011). McCully (2001) descreve esta tendência como uma “ideologia das barragens”, que sustentaria uma “economia das barragens” implantada pelo chamado triângulo de ferro (*iron triangle*) (ARENTHATI, 1999 apud LOCATELLI, 2011, p.106) composto por grupos de interesse (construtoras), políticos (governos) e burocratas (órgãos licenciadores, no caso brasileiro).

Na contramão, grupos organizados da sociedade civil, como a citada Comissão Mundial de Barragens e outras organizações de alcance internacional como o *International Coomitee on Dams, Rivers and People* (ICDRP) e entidades regionais como, no Brasil o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) demonstram uma forte reação de parte da sociedade em oposição a estes empreendimentos.

Neste cenário, um fato torna o momento atual momento peculiar na análise do desenvolvimento da ideologia das barragens. Apesar da queda na construção deste tipo de empreendimento desde a década de 1970 no mundo desenvolvido, países emergentes sobretudo na Ásia, África e América Latina, destacadamente o Brasil e a China, despontaram no processo de implantação de barragens desde a década de 1990. Isso se deu devido ao intenso crescimento econômico, desenvolvimento de tecnologias próprias e independência de órgãos financiadores internacionais, o que levou estes países a fazerem uma opção clara pelo modelo hidrelétrico como carro chefe de sua matriz energética. Prova disso, no Brasil, são o Plano Nacional de Energia 2030 e o Plano Decenal de Energia 2011-2020 no Ministério de Minas e Energia (MME), explícitos e conclusivos na direção da exploração hidrelétrica para as próximas décadas.

Esta opção nasce diante de um espantoso prognóstico de crescimento de energia no mundo. O relatório do *Energy Information Administration* (EIA), de 2010, dá conta de um crescimento previsto de 87% entre 2007 e 2035 (de 18,8TWh para 35,2TWh), com taxas díspares entre países desenvolvidos (1,1% ao ano) e subdesenvolvidos (3,3% ano). A participação da energia renovável na matriz mundial subirá de 18% em 2007 para 23% em 2035, sendo que deste crescimento, 54% virá de hidrelétricas (EIA, 2010).

O Plano Nacional de Energia 2030, desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aprovado em 2009 pelo Conselho Nacional de Política Energética, considera que, para possibilitar um crescimento econômico na ordem de 3,7% até 2020 e 4,1% até 2030, será necessário aumentar em 50%, ou 53.700 GW o parque gerador de 2009. O cenário para 2030 prevê uma demanda de 156,3 GW para atender a uma população de 238 milhões de pessoas. Considerando-se a efetivação deste plano e os a natureza dos projetos governamentais existentes para efetivar este crescimento de oferta, cerca de 100.000 famílias deverão ser remanejadas de áreas atingidas (EPE, 2010; IPEA, 2010) e 156 áreas indígenas serão afetadas (KOIFMAN, 2001 apud LOCATELLI, 2011).

2.2 Comunicação e Barragens

A revisão bibliográfica realizada evidenciou a ocorrência muito restrita de estudos concernentes à comunicação e barragens, e ainda mais limitada se considerada apenas a comunicação do concessionário.

Antes de rever a literatura existente sobre o assunto, é preciso rever os textos normativos acerca da comunicação de empreendimentos hidrelétricos, que impõem exigências legais de comunicação, transparência e participação popular no processo de licenciamento.

O Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, que versa sobre as questões ambientais, assegura em seu artigo 225 o direito a um ambiente equilibrado a todos os cidadãos, inclusive aqueles que ainda nascerão, delegando ao Poder Público e à coletividade o dever de defesa e preservação do meio-ambiente. Dessa forma, o texto outorga ao poder público a incumbência de “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 225. § 1º IV).

A comunicação social dos empreendimentos desta natureza tornou-se obrigatória a partir da Resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 06/1987, que condiciona o fornecimento da Licença de Instalação (LI) à entrega do Plano Básico Ambiental (PBA), o qual consiste em um grande conjunto de programas que serão implementados durante o período de implantação dos empreendimentos. Estes programas são esboçados pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), um relatório

preliminar de caráter técnico e propositivo, entregue pelo empreendedor ao órgão licenciador para que avalie a viabilidade e o aceite ou não, geralmente com uma série de recomendações adicionais. Por sua vez, o Rima (Relatório de Impacto Ambiental), exerce função semelhante ao EIA, porém destina-se à sociedade em geral, leiga, para basear sua atuação nos processos participativos de deliberação.³

Os programas de comunicação social destinados a informar a população atingida são um dos itens obrigatórios do PBA. Eles devem ser executados de forma coordenada com todos os demais programas, garantindo o direito de informação da sociedade sobre as ações desenvolvidas. O não cumprimento dos programas conforme aprovado pelo Estado pode implicar na paralização da obra em qualquer tempo.

Vale também ressaltar que toda a documentação emitida pelo Sinima (Sistema Nacional de Meio Ambiente)⁴, coordenado pelo Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), cujo órgão central é a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, obteve acesso público compulsório após promulgação da Lei Federal nº10.650/2003. O amplo direito aos documentos públicos foi reafirmado e expandido após secionamento da Lei Federal de Acesso à Informação (nº12.527/2011), que estabeleceu mecanismos simplificados de obtenção de documentação pública por qualquer cidadão.

Dentre os estudos encontrados por esta pesquisa sobre a problemática das barragens a partir da ótica da comunicação em seu sentido amplo, o período precedente à implantação destes empreendimentos, o licenciamento aparece como o mais farto na literatura científica. Instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), regulamentada pela Lei 6.938/81, o licenciamento ambiental caracteriza-se pelo mecanismo que promove a interface inicial entre o empreendedor e o Estado, antevendo impactos à qualidade do meio ambiente e tentando minorá-los ao máximo.

As licenças ambientais são alvos preferenciais de críticas por parte dos opositores dos empreendimentos. [...] O período pós-licenciamento é praticamente ignorado pelos que se opõem aos empreendimentos. Trava-se um sinal evidente da importância dos processos de comunicação com a sociedade – ou a falta deles – no desenrolar dos

³ A única exigência legal de participação popular ao longo do licenciamento é a realização de audiência pública com os atingidos.

⁴ A condição de órgão central do Ministério do Meio Ambiente à sua Secretaria Executiva foi concedida por meio do decreto 3.942/2001, promulgado no contexto da remodelação do setor elétrico com o processo de privatização iniciado em 1994, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

inevitáveis conflitos associados ao licenciamento (FARIA, no prelo p.5-6)

Ao analisar os processos comunicacionais praticados no licenciamento ambiental de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Minas Gerais, Galhardo (2007) dá conta de que, embora o Brasil possua legislação ambiental avançada e aparato legal razoável, os órgãos licenciadores não dispõem de profissionais capacitados para suprir demandas ambientais, o que precariza o processo de licenciamento.

Na busca por soluções aplicáveis que facilitem o desenvolvimento de projetos com menor impacto ambiental, surgem as ferramentas comunicacionais que facilitam o intercâmbio de informação entre os agentes envolvidos, minorando os conflitos e permitindo agilizar a viabilização dos empreendimentos (GALHARDO, 2007).

Faria (no prelo) alerta para o fato de que, na prática, a natureza meramente burocrática do mecanismo de licenciamento ambiental deturpa seu caráter decisório e de construção coletiva de consensos. A começar pela solicitação da Licença Prévia (LP), que termina por se tratar de um pedido de anuência a um projeto já finalizado, sob altos custos financeiros, “criando um sistema de pressões e contrapressões que geram embates que não visam à busca do consenso e da mediação”. O autor assinala, ainda, que a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), condicionantes para a concessão da Licença de Instalação (LI) apresenta enorme distorção em relação a seus propósitos legais, visto que em muitos casos são elaborados como um documento único, ignorando o propósito específico de cada um desses documentos segundo a legislação ambiental.

As normas determinam que o EIA seja abrangente e aprofundado, refletindo estudos, pesquisas e campanhas de campo nos locais que sofrerão influência das obras. Nesse caso, os mapas, as tabelas e os gráficos que consolidam os dados obtidos evidenciam um diálogo eminentemente técnico, o que não implica grande sofisticação para os processos de comunicação.

Esse não é o caso do Rima. A função do Rima é fazer com que a população, em geral, compreenda as conclusões do EIA. Como se pode concluir facilmente, não são documentos semelhantes. A rigor, esse relatório não deveria ser reduzido a um simples documento burocrático. [...]. Nesse contexto, é emblemática a sistemática utilização do termo “EIA/Rima”. Inexistente nos textos de normas constitucionais, legais ou infralegais, a criação dessa denominação largamente utilizada representa, claramente, a inobservância da

primária distinção entre as funções dos dois documentos. (FARIA, no prelo p.4)

Oliveira (no prelo) propõe em seu trabalho a utilização de indicadores de desempenho de ordem quantitativa para valorar o nível de comunicação exercida no processo de licenciamento de PCHs no sul de Minas Gerais. O autor conclui que, embora o processo de implantação de hidrelétricas

encontre-se na agenda de desenvolvimento do setor público, tem pouca participação efetiva do mesmo no que tange aos aspectos de comunicação. [...] Assim, as informações que efetivamente chegam ao público local são produções estratégicas e/ou resultado de especulações de agentes com outros interesses locais” (OLIVEIRA, no prelo p. 17).

Condição legalmente imposta ao processo de licenciamento ambiental, as audiências públicas configuram-se como o momento em que a sociedade atingida pela barragem pode participar dos processos decisórios que envolvem o licenciamento. Configuram, portanto, pela maneira com a qual são realizadas – se para o simples cumprimento legal e de forma negligente ou como uma maneira eficaz de comunicação e participação popular – um rico laboratório de análise dos níveis de transparência e democracia intrínsecos a esses processos.

Alguns autores, como Faria (no prelo) e Zhouri (2005) enxergam justamente nas audiências públicas uma das maiores violações do direito à informação e participação, haja vista que a garantia da transmissão de informações prévias que viabilizam esta participação, o Rima, não é elaborado em padrão acessível de linguagem. Análises das audiências públicas para o licenciamento das usinas de Tijuco Alto e Irapé (MG) (LEMOS, 1999) e Queimado (MG), Corumbá IV (GO) e Barra Grande (SC) (BARROS, 2004), expõem uma série de outros entraves à igualdade de condições entre os atores participantes e à participação efetiva durante este processo, a começar pela dificuldade para divulgação da realização da audiência pública nos meios de comunicação, passando pela falta de clareza nas propostas do empreendedor para os itens do Plano Básico Ambiental (PBA), à insatisfatória qualidade da retroalimentação dada em resposta às demandas trazidas pela comunidade nas audiências públicas, em especial no concernente ao reassentamento dos atingidos, a obsolescência do Rima e a precarização de seu acesso prévio e livre, entre outros.

As relações de poder envolvidas nestes processos também são exploradas por outros estudos encontrados. Rocha (2013) observa a disparidade entre os diferentes

modelos de sociedade justapostos na instalação de hidrelétricas, à luz do encruzilhamento desigual de dois projetos políticos opostos no caso específico da Usina de Foz do Chapecó (SC): o neoliberal, capitaneado pelo empreendedor, e o democrático-participativo, representado sobretudo pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em um sistema de disputa de controle do espaço-tempo. Sob a ótica dos estudos de gênero, Delespote e Fiúza (2014) buscam identificar os processos de empoderamento, participação e divisão do trabalho e liderança de mulheres atingidas por barragens nos ambientes familiar, da casa, da propriedade e dos espaços comunitários. Detoni (2010), por sua vez, analisa a partir do campo da psicologia social a construção e desconstrução das masculinidades dos trabalhadores recrutados para empreendimentos hidrelétricos, interpelados como barrageiros e confinados em cidades temporárias, distantes dos familiares e sob um pesado e fastidioso ritmo de trabalho nos campos de obras.

O exagero discursivo configura-se como outro padrão inerente aos processos decorrentes de implantação de hidrelétricas, conforme detectado pelos autores encontrados, de tal forma que

projetos dessa magnitude provocam, invariavelmente, posicionamentos radicais, opiniões exacerbadas, tensões e choque de interesses. Os conflitos, portanto, estarão necessariamente presentes em cada uma das etapas do processo de implantação de uma usina, mesmo que em diferentes magnitudes (FARIA, 2004, p.1)

Este exagero discursivo existente no campo de discussão sobre as hidrelétricas pode ser evidenciado na imprensa, por meio da análise de peças publicitárias (ASSIS, no prelo) e charges (MARQUES; OLIVEIRA, 2012).

Assis (no prelo) observa a materialização dos principais ideais que corroboram com a ideologia das barragens, divididos em três fases temporais: (1) 1982 – 1987: anterior à introdução dos conceitos de desenvolvimento sustentável, utiliza as ideias de progresso econômico e dominação da natureza como eixos centrais; (2) 1987 – 1997: começa a incorporar o ideias de desenvolvimento sustentável e insurgência de movimentos sociais organizados, sem abandonar o fator econômico como principal elemento; (3) 1997 – 2002: consolida o ideal do desenvolvimento sustentável como princípio norteador, expondo em primeiro plano as ações mitigadoras de impacto ambiental, justificadas pelo aprimoramento técnico na equacionalização de impactos e benefícios.

Ao analisar charges sobre a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte, Marques e Oliveira (2012) constatam uma rica expressão das ideias contrárias ao empreendimento, apresentados na forma de sátiras, um realismo grotesco de intenção humorística, cuja função seria “tornar o leitor um cúmplice através da produção de conveniência lúdica” (idem).

Em comum, estes estudos convergem ao concluir que a comunicação de barragens é realizada num campo de relações desigual, em que os atores que determinam pareceres favoráveis à construção, às práticas a serem adotadas no período de implantação e ao nível de interferência e participação dos demais grupos em todos os tempos do empreendimento ou são diretamente atrelados aos consórcios construtores ou são a eles transigentes. Este domínio está assentado pelo seu poder de caráter (1) econômico, que legitima a apropriação e o uso do meio ambiente para a acumulação de capital com a leniência do Estado por meio de seus órgãos licenciadores (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2005); (2) político, sustentado pela oficialidade e o rótulo de interesse público conferidos pelo Estado e pelo negligenciamento da legitimidade das demandas sociais em oposição à legalidade encampada pelo empreendedor (ROCHA, 2013) e (3) ideológico, alicerçado pelo discurso do desenvolvimento e do progresso, associado às ideias de mudança e de evolução humana, confundida com o erguimento de estruturas de aço e concreto (SANTOS,2007).

CAPÍTULO 3 – TRAÇANDO OS RUMOS: OPÇÕES METODOLÓGICAS E PLANO DE AÇÃO

Este capítulo apresenta algumas reflexões sobre a ontologia dos métodos selecionados, descrevendo sua adequação ao objeto de estudo e às adaptações realizadas, além de apresentar o *corpus* desta pesquisa e os procedimentos utilizados.

Considerando que esta pesquisa vincula-se a um projeto amplo, denominado Jornalismo, Comunicação Organizacional e Barragens (LOCATELLI, 2012), utiliza-se aqui o modelo teórico-metodológico desenvolvido por aquele autor, em que se destacam

O estudo de caso como forma de abordar o objeto que se mostrou amplo e entremeado por complexas relações, a análise crítica de discurso para trabalhar a comunicação ao nível do texto e das práticas discursivas e sociais e o uso de categorias analíticas que permitam perceber nessa análise as matrizes cognitivas utilizadas e o grau de visibilidade, discutibilidade e *accountability* presentes na comunicação das organizações [...]. (LOCATELLI, 2011 p.183)

3.1 Estudo de Caso

A complexidade do objeto de estudo, vista a grande extensão do recorte temporal, os múltiplos atores envolvidos e da teia de influências e relações que se estabelece entre eles conduziu à opção pelo uso do estudo de caso. Este método

[...] contribui de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos [...] e permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de alguns setores. (YIN, 2001)

A aplicação do método revela-se eficaz em “pesquisa empírica empregada para a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares” (GOMES, 2008), na qual “o pesquisador explora em profundidade programas, fatos, atividades, processos ou pessoas, agrupando por tempo e atividade, coletando informações e dados detalhados por diversos procedimentos em um período amplo de tempo” (CRESWELL, 2007 apud LOCATELLI, 2011, p.184). Segundo Yin (2001) quando lida-se com “situações contextuais”, ou seja, nas quais as condições do contexto são altamente decisivos para o fenômeno de estudo, o estudo de caso mostra-se a melhor opção.

Entretanto, a despeito de seus méritos, o emprego do estudo de caso é recorrentemente desqualificado.

O estudo de caso há muito foi (e continua a ser) estereotipado como o parente pobre entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que realizam estudos de caso são vistos como se tivessem rebaixado o nível de suas disciplinas acadêmicas. Os estudos de caso também têm sido denegridos, como se tivessem precisão (ou seja, quantificação), objetividade e rigor insuficientes. Esse estereótipo dos estudos de caso, que começou no século XX, continua no século XXI. (YIN, 2001 p.XI)

Dentre as principais críticas que pesam em desfavor da utilização dos estudos de caso estão a falta de rigor metodológico, a influência exercida pelo pesquisador e as generalizações infundadas (GOMES, 2008). Yin (2001) rebate as críticas argumentando que uma das explicações seria a falta de critério na adoção deste método, já que alguns pesquisadores não estariam treinados para usar métodos alternativos, e outra seria que seus pontos fortes e fracos não seriam bem compreendidos. Ainda segundo Yin (2001), o problema em relação a generalização está relacionado ao que chama de “generalização estatística”, isto é, a suposição de que duas ou mais teses obtidas a partir de estudos de caso estariam comprovadas. O autor defende, em oposição, a “generalização analítica”, “na qual se utiliza uma teoria previamente desenvolvida como modelo com o qual se deve comparar os resultados empíricos do estudo de caso” (YIN, 2001 p. 54). Esta pesquisa alinha-se precisamente a esta recomendação, uma vez que serão comparadas aos resultados obtidos por Locatelli (2011) mediante utilização dos mesmos procedimentos de pesquisa em um caso semelhante.

3.2 Análise Crítica de Discurso

A pesquisa optou, na mesma linha assumida por Locatelli (2011), pela aplicação de uma adaptação da análise crítica de discurso de Fairclough (2008), que propõe um modelo socioteórico na análise e interpretação de discursos orientado linguisticamente. Este modelo estabelece um sistema de análise tridimensional, no qual um evento discursivo é tratado enquanto texto, utilizando das contribuições da linguística sistêmica funcional⁵, enquanto prática discursiva, entendendo como “discurso” os ciclos de produção e distribuição e consumo dos textos, e enquanto prática social, que se refere a

⁵ Fairclough (2008 p.27) defende esta tese como adequada ao seu método pelo fato de que “considera a linguagem como multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades”.

circunstâncias institucionais e organizacionais, considerando que os discursos não apenas refletem ou representam relações sociais, mas as constroem e constituem.

Este conceito é resultado de constatação, após rigorosa revisão realizada pelo autor, de que os estudos linguísticos isolaram-se das demais ciências sociais. Observa a dominação da linguística por “paradigmas formalistas e cognitivos” e a falta de atenção à linguagem nas demais ciências, ainda que dados linguísticos, como entrevistas, sejam amplamente utilizados nas pesquisas, como se o conteúdo social a eles intrínsecos pudessem ser extraídos sem um exame linguístico cuidadoso (FAIRCLOUGH, 2008 p.19).

A respeito da teoria social, Fairclough (2008) coloca que tem sido dado um papel mais central à linguagem nas últimas décadas. Cita os estudos de Michel Foucault, que atenta à centralidade da linguagem no exercício das formas modernas de poder, e Jürgen Habermas, que considera a comunicação como a ferramenta com a qual se opera a “colonização do mundo da vida” pelos “sistemas” do mercado e do Estado. A dimensão da prática social neste modelo estaria, portanto, de um lado, associada ao conceito de hegemonia defendida por Antonio Gramsci,

[...] no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas e contestadas e transformadas no discurso. (FAIRCLOUGH, 2008 p.28)

Sua proposta de intersecção entre a análise do texto e da dimensão da prática discursiva deriva do conceito de intertextualidade de Bakhtin e Kristeva, que estabelece uma distinção entre a “intertextualidade ‘manifesta’ (a presença explícita de outros textos em um texto) e ‘interdiscursividade’ (a constituição de um texto com base numa configuração de tipos de texto ou convenções discursivas), que inclui a análise de elementos mais amplos como a construção de identidades sociais nos discursos e a distribuição e transformação dos textos ao longo do tempo (FAIRCLOUGH, 2008, p.29).

Para sustentar o caráter crítico de sua proposta de análise, o autor defende a observância atenta das intersubjetividades e relações causais que evidenciem as estruturas de poder subjacentes.

Crítico implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção por exemplo, fornecendo recursos por meio da

mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem. Nesse sentido, é importante evitar uma imagem de mudança discursiva como um processo unilinear, de cima para baixo: há luta na estruturação de textos e ordens de discurso, e as pessoas podem resistir às mudanças que vêm de cima ou delas se apropriar, como também simplesmente as seguir (FAIRCLOUGH, 2008 p.28)

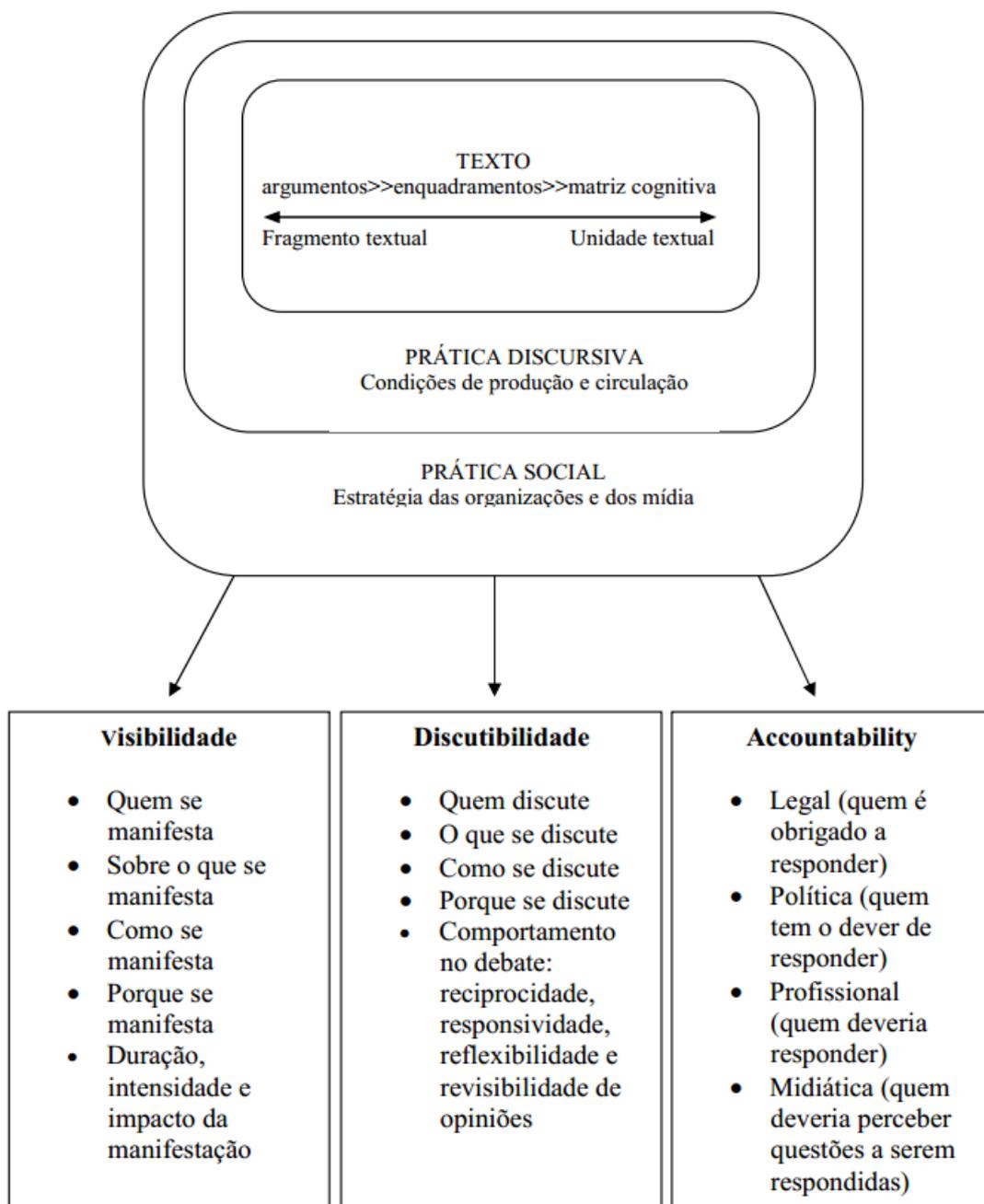
Referente aos procedimentos, o autor ressalva que inexistem caminhos fixos para realizar análise crítica de discurso, pois a natureza de cada pesquisa condiciona a análise de acordo com as visões dos respectivos discursos analisados.

[...] guardo certas reservas quanto ao conceito de método. Não é difícil pensar em método como uma espécie de habilidade transferível se considerarmos a definição do termo como uma técnica, uma ferramenta numa caixa, da qual se pode lançar mão quando necessário e depois devolvê-la. A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material (FAIRCLOUGH, 2012, p.307).

Ainda assim, o autor apresenta diretrizes procedimentais baseadas em três perspectivas: os dados, a análise e os resultados. A perspectiva dos dados inclui a definição do *corpus*, a seleção dos textos e suas transcrições. A perspectiva da análise considera a apreciação e identificação das práticas discursivas baseado nos paradigmas da intertextualidade e da interdiscursividade. Sobre a perspectiva dos resultados, por fim, Fairclough (2008) atenta para o uso social da pesquisa, alertando para os perigos de utilização das mesmas como maneira de modificar ou criar novas práticas discursivas.

Levando em conta os pressupostos e ponderações feitas por Fairclough (2008), o modelo adotado por esta investigação incorpora a adaptação realizada por Locatelli, no qual são analisados os aspectos explicitados no Quadro X analítico a seguir:

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso adaptado à pesquisa



Fonte: Locatelli (2011), adaptado de Fairclough (2008).

O quadro analítico desenvolvido por Locatelli (2011) privilegia os aspectos da prática social, no que busca esclarecer a organização produtora da comunicação, suas estratégias e objetivos, e o da dimensão textual, na qual tenta identificar a “matriz cognitiva” do discurso da organização, constituída na junção dos “argumentos” e “enquadramentos” postos a efeitos. Estes elementos foram apropriados da formulação

teórica de Maia (2009 p.307-208 apud LOCATELLI, 2011) e Chong e Druckman (2007 apud LOCATELLI, 2011) e necessitam de esclarecimento mais aprofundado.

Em síntese, o conceito de enquadramento desenvolvido forma-se a partir da sobreposição de argumentos e pode ser compreendido como “princípios organizadores ou esquemas interpretativos mais gerais, enquanto processos de estruturação de sentidos baseados na cultura, através de práticas e relações com a sociedade” (MAIA, 2009 apud LOCATELLI, 2011). De Chong e Druckman (2007), Locatelli aproveita outras definições sobre enquadramento e o seu efeito sobre a opinião pública. Os autores compreendem o enquadramento como

um processo pelo qual as pessoas desenvolvem uma determinada forma de perceber um problema ou orientar o pensamento sobre um assunto. Quando associado à comunicação, a noção passa a ser compreendida como uma comunicação que ‘organiza a realidade cotidiana’ (TUCHMAN, 1978), fornece um significado para os acontecimentos (GAMSON; MODIGLIANI, 1987, 1989) e promove ‘definições particulares e interpretações de questões políticas’ (SHAH et al., 2002). (LOCATELLI, 2011, p.188).

Em uma instância subsequente, no conjunto de enquadramentos justapostos e associados a determinados elementos da prática social e da prática discursiva, encontra-se a matriz cognitiva, outra categoria de análise que será aplicada sobre a comunicação da Maesa.

A decomposição do texto (entendido no seu conceito amplo, podendo se apresentar na forma de imagens e outros elementos) e definição de argumentos e enquadramentos revela variáveis que auxiliam na mensuração de três dimensões centrais da comunicação na esfera pública que tentar-se-á auferir nesta pesquisa, quais sejam: a visibilidade, a discutibilidade e a *accountability*.

A visibilidade é o elemento que “permite identificar, entre outras possibilidades, quem se manifesta, sobre o que se manifesta, como se manifesta, a duração, a intensidade e o impacto dessa manifestação” (LOCATELLI, 2011, p.189). A discutibilidade guarda alguma relação direta com a visibilidade, mas vai além, indicando quem, o quê, e como se discute, e o comportamento dos atores no transcurso do debate (reciprocidade, responsividade, flexibilidade, revisibilidade de opiniões, etc). Finalmente, a *accountability*, entendida sob a ótica de Maia (2008), incorpora elementos tais como responsividade a demandas, responsabilidade profissional ou pessoal diante de questões públicas, e também nas questões legais, econômicas e políticas, numa

indicativa se o ator responde ao dever de corresponder às expectativas dos cidadãos (LOCATELLI, 2011 p.189).

3.4 *Corpus da pesquisa*

Integra o material empírico desta pesquisa todos os documentos que a Maesa possui arquivados referentes ao Programa 9 do PBA, destinado à comunicação social. O material foi localizado em um arquivo privado no município de São José (SC), e contabiliza um total de 27 documentos (que totalizam cerca de 2.000 páginas), entre relatórios, arquivo de produtos de comunicação, documentos, e-mails e faxes, contratos, projetos, planos, propostas comerciais e outros. Segue abaixo a relação dos principais textos utilizados tanto para o resgate histórico quanto para a análise empírica propriamente dita.

Entre os materiais utilizados para a reconstituição histórica do objeto de estudo, destacam-se:

- Pesquisa de Opinião Pública – Maio/2000 e Junho/2001
- Avaliações da comunicação da Maesa
- Clippings mensais de 2000 e 2001
- Diferentes planos de Comunicação da Del Mondo Estratégias de Comunicação
- Recomendações sobre comunicação e relacionamento com a população na área da UHE Machadinho (GERASUL)
- E-mails e faxes sobre o programa de rádio Usina de Notícias
- Folder institucional "A União da Energia"

O material analisado em profundidade para a pesquisa empírica compõe-se dos seguintes volumes:

- Transcrição de roteiros do programa de rádio Usina de notícias – edições 1 a 100 (de abril/99 até abril/00)
- Relatório das reuniões com a comunidade - julho/99
- Relatórios de atividades do CAV – dezembro/99 e fevereiro, março e abril/00
- Análise de mídia de junho/00 a janeiro/01 - contendo releases e balanço de inserções na mídia

CAPÍTULO 4. A PESQUISA EM CAMPO: A COMUNICAÇÃO DE MACHADINHO

Sob os preceitos do referencial teórico e observando os contextos social, político, econômico e históricos que permeiam o objeto de estudo, far-se-á neste capítulo a análise dos planos, dos processos, das estratégias e dos produtos utilizados pela Maesa no período de construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho.

Inicialmente uma breve descrição da Usina Hidrelétrica de Machadinho será feita com o objetivo de dimensionar e compreender o objeto de estudo em questão, no caso, a comunicação que se deu durante a implantação desta barragem. Resgatar-se-á o projeto maior no qual a UHE Machadinho está inserida: o Projeto Uruguai, um marco na política energética do Estado brasileiro e apresentar-se-á a organização responsável pela comunicação do concessionário na implantação da usina.

Na sequência segue-se uma revisão da comunicação do Consórcio Machadinho, com destaque para a Maesa, uma de suas integrantes em conjunto com a Gerasul (Centrais Geradoras do Brasil S.A.), partindo, então, para a análise de quatro tipos de produtos da Mesa no período de implantação da usina: o programa de rádio “Usina de Notícias”, as reuniões com os atingidos, o Centro de Atendimento ao Visitante (CAV) e os releases.

4.1 A Usina Hidrelétrica de Machadinho

A Usina Hidrelétrica de Machadinho é um aproveitamento hidrelétrico do Rio Pelotas e está localizada na divisa entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS). Ao custo de R\$1,5 bilhão, a barragem começou a ser construída entre 2 de março de 1998, com o início do enchimento do reservatório em 28 de agosto de 2001 e início da geração em 16 de fevereiro de 2002. A área de abrangência do reservatório compreende ao todo dez municípios. Além dos já mencionados Piratuba e Maximiliano de Almeida, foram atingidos os municípios catarinenses de Capinzal, Zortéa, Celso Ramos, Campos Novos e Anita Garibaldi, e os gaúchos Machadinho, Barracão e Pinhal da Serra (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007).

O potencial total de geração em Machadinho é de 1.140 MW (três unidades geradoras de 380 MW), equivalentes a 15% da demanda energética de Rio Grande do Sul e Santa Catarina somados. No processo de implantação, 2.076 famílias de 1.272

propriedades rurais atingidas foram reassentadas, aproximadamente 7.000 trabalhadores atuaram na sua implantação, sendo 2.600 diretamente no canteiro de obras no pico das obras, entre agosto e outubro de 2000 (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007).

O Rio Pelotas, escolhido para a implantação da usina, é, juntamente com o Rio Canoas o principal afluente do Rio Uruguai, principal curso d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, que abrange aproximadamente 75,3 mil km² do território brasileiro, estendendo-se pela Argentina e Uruguai. O Rio Uruguai é o quinto maior rio brasileiro em volume d'água, e exerce importante papel geopolítico, servindo de marco de delimitação da fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Sul com a Argentina e da Argentina com o Uruguai, desembocando no Rio da Prata. A estrutura geofísica do Rio Uruguai, que corre entre montanhas, despencando rapidamente em declives de 600 metros, configura-o como ideal para projetos hidrelétricos. Por esta razão, a Bacia Hidrográfica do Uruguai tornou-se estratégica pelo Estado a partir dos anos 1960, quando estudos do Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (Canambra) identificaram potencial para 30 barramentos no rio e seus afluentes. Em 1978, a estatal Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) lançou o Projeto Uruguai, que localizou 23 locais viáveis para implantação de usinas e planejou a construção de 10 no trecho brasileiro e três no trecho de fronteira internacional (LOCATELLI, 2011).

Machadinho foi a primeira usina do Projeto Uruguai prevista para ser implantada no Brasil, mas sua execução foi adiada devido à iminência de conflitos sociais, dando lugar à implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, iniciada em 1979. Contudo, devido à problemas financeiros enfrentadas pela Eletrosul, as obras da usina Itá ficaram paralisada por 15 anos, tendo sido retomadas apenas na década de 1990, com o processo de privatização do setor elétrico, que acarretou na venda do parque gerador da Eletrosul.

Segunda na sequência de empreendimentos hidrelétricos implantados na bacia do Rio Uruguai, a UHE Machadinho destaca-se por uma série de peculiaridades. A começar pela sua dimensão jurídico- econômica: esta usina foi a primeira hidrelétrica do Brasil a ser construída inteiramente pela iniciativa privada. Foram investidos, em valores da época, cerca de R\$1,15 bilhão, sendo R\$340 milhões de capital próprio dos empreendedores e o restante de empréstimos do BNDES e debêntures.

Sua concessão foi dada ao fim do Processo Licitatório nº 20165004, realizado pela Eletrosul, ao Grupo de Empresas Associadas Machadinho (GEAM), composto por 12 empresas, em janeiro de 1997. A obra iniciou-se em 2 de março de 1998, ainda sob o

comando da GEAM. Em 4 de março de 1999, porém, as empresas constituíram a Machadinho Energética S/A (Maesa), que sucedeu a GEAM, ficando sua composição societária da seguinte maneira:

Tabela 2 -Participação das empresas constituintes da Maesa e do Consórcio Machadinho entre 1999 e 2001

Empresas	Participação (%)	
	MAESA	Consórcio
Centrais Geradoras do Sul do Brasil - GERASUL	0	16,94
Alcoa Alumínio S/A	23,7453	19,7228
Camargo Corrêa S/A	5,5799	4,6347
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	10,8804	9,0373
S/A Indústrias Votorantim	9,4842	7,8776
Cimento Rio Branco S/A	9,4842	7,8776
Valesul Alumínio S/A	8,7702	7,2845
Inepar S/A Indústria e Comércio	3,48	2,8905
Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME	2,89	2,4004
Companha Paranaense de Energia - Copel	5,2	4,3191
Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc	14,6372	12,1577
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	5,8486	4,8578

Fonte: Néspoli e Pizzato, 2007

Condicionante para obtenção da Licença de Instalação (LI) do órgão ambiental, o Projeto Básico Ambiental (PBA) é um conjunto de programas que o concessionário deve implantar com finalidades mitigadoras e compensatórias desenvolvidos visando a adequada recomposição da paisagem física e social do espaço afetado pelo empreendimento. No caso da Usina Hidrelétrica de Machadinho, o PBA esteve composto de novo programas, sendo eles 1) o remanejamento da população atendida; 2) a recomposição físico-territorial da área abrangida; 3) adequação de infraestrutura de serviços e recomposição das áreas da obra; 4) limpeza da bacia de acumulação; 5) preservação do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e arqueológico; 6) conservação da flora e fauna; 7) monitoramento e controle; 8) gerenciamento do reservatório e, por fim, 9) a comunicação social, cujas ações que integraram sua execução serão analisadas mais adiante.

4.2 A Comunicação da Maesa

O primeiro registro de documento específico sobre questões relativas à comunicação da Usina Hidrelétrica de Machadinho remonta de janeiro de 1996. Trata-

se do “Plano Estratégico de Ações Relativas à Comunicação e Relacionamento com as Comunidades na UHE Machadinho”, contendo orientações à conduta dos representantes do consórcio GEAM e da Gerasul, nas reuniões realizadas com as comunidades atingidas anteriormente à consolidação do processo licitatório que conferiu àquelas empresas os direitos para a implantação da usina. A primeira destas reuniões foi realizada em fevereiro daquele ano em Maximiliano de Almeida (RS), com o objetivo de “informar os prefeitos e demais lideranças da região, CRAB e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, quanto às políticas do Setor Elétrico na busca de parcerias para construção de usinas hidrelétricas” (GERASUL, 1998, p.4). Nos meses de março e abril, técnicos da Gerasul realizaram vistorias nas propriedades do reservatório da futura barragem e iniciaram um processo de aproximação para detectar “o nível de aceitabilidade na região, identificar e contatar as principais autoridades e lideranças bem como escolher os locais onde serão as futuras reuniões” (idem, p.4). A empresa considerou a aceitabilidade tanto pelas lideranças quanto pela população “muito boa”. Ainda em cumprimento ao referido Plano Estratégico, as empresas realizaram reuniões com os moradores das Linhas São Paulo e São Francisco, principais atingidas na implantação da barragem, ao que verificou-se

Um alto grau de boa-vontade em relação à obra em si, bem como em relação aos serviços preliminares que deverão ser realizados no momento. Porém, ficou claro que haverá resistências e atos de represálias caso venha a ocorrer problemas de desconsideração à propriedade privada e o não ressarcimento dos danos causados nos prazos acordados (GERASUL, 1998, p.4).

Ente março e junho de 1996, a Gerasul intensificou a realização de reuniões com as comunidades atingidas pelo canteiro e pelo reservatório, totalizando 23 encontros com a presença de 670 pessoas, ou 70% das famílias diretamente atingidas, segundo as empresas. Entre julho e outubro, uma nova série de reuniões foi realizada, desta vez com o propósito de orientar e buscar “concordância” das comunidades em relação à realização do cadastro socioeconômico, que posteriormente serviria como base para a condução do processo de remanejamento. A avaliação por parte da empresa é de que a população demonstra alta aceitabilidade do projeto. Em agosto de 1996, deu-se início a veiculação de um programa de rádio semanal, às 14 horas do sábado em 15 rádios da região.

O ano seguinte (1997) marcou a estruturação das comunidades atingidas em torno do relacionamento com os empreendedores, tendo sido constituído o Fórum dos

Atingidos pela Barragem de Machadinho, com representantes eleitos de 40 comunidades. As reuniões passaram a se organizar na órbita deste Fórum, com a presença de presidentes das câmaras de vereadores, sindicatos dos trabalhadores rurais e prefeitos de 10 municípios atingidos. Para intensificar a comunicação com a comunidade em geral, a Gerasul ampliou as ações de assessoria de imprensa sobre a imprensa local com questões referentes à usina.

De forma a não permitir que se formassem “vácuos” de informação nos períodos entre uma reunião e outra com as comunidades, passou-se a marcar presença frequente na mídia regional, especificamente nas emissoras de rádio, as quais tem maior penetração entre a população rural, entres de *releases* e entrevistas (GERASUL, 1998, p.6).

O marco deste Fórum foi a celebração, em 27/05/97, do acordo que passou a normatizar os critérios, procedimentos e cronograma do processo de remanejamento. O acordo foi o motivo do primeiro conflito travado, visto que o CRAB (Conselho Regional dos Atingidos por Barragem) não aceitou o acordo e passou a fazer oposição ao Fórum.

Esta mobilização tentou, em vão, paralisar os trabalhos no canteiro de obras, fez viagens a Florianópolis, mobilizou ONGs e lideranças políticas e obteve uma reunião com o Presidente da Eletrosul em que pediu para ser reconhecida como única representante dos atingidos por Machadinho. O Fórum, por sua vez, se mobilizou também, e acionou as lideranças políticas que solicitam a manutenção do Fórum como representante dos atingidos (GERASUL, 1998, p.5).

Em resposta, a Gerasul, apesar de “sempre considerar o Fórum como representante dos atingidos”, realizou reuniões de conciliação entre Fórum, consórcio e CRAB em agosto de 1997, resultando em uma pauta de reivindicações conjuntas do Fórum e do CRAB à empresa. A Gerasul analisou o pedido e iniciou sua discussão junto ao Fórum e CRAB numa reunião em 30 de setembro, que não foi concluída “em função de um impasse relativo à terra” e, posteriormente, em um outro encontro no município de Machadinho, que gerou um termo de acordo acerca da questão de remanejamento, dando por “concluída a discussão das reivindicações” (GERASUL, 1998).

Em fevereiro de 1998, a Gerasul emitiu o relatório “Recomendações sobre Comunicação e Relacionamento com a População na Área da UHE Machadinho – informações sobre o empreendimento”, no qual manifesta sua preocupação em

estabelecer nivelamento de informações de Usina Hidrelétrica de Machadinho, de maneira que qualquer empregado da GERASUL ou da GEAM possa se tornar veículo capaz de transmiti-las de forma clara e objetiva aos interessados, quando solicitado por estes, ou quando isto for de interesse do Consórcio (GERASUL, 1998 p.1).

As obras se iniciam em março do mês seguinte, com a gestão da comunicação dividida entre as duas empresas formadoras do consórcio. A partir de abril de 1999, forma-se a empresa Maesa, sucessora da GEAM, e, ao passo que a obra e o processo de remanejamento seguia em ritmo acelerado, as ações de comunicação do empreendedor passaram a se concentrar na Maesa e se ampliaram. Ao que indicam o conjunto de documentos a que a pesquisa teve acesso, a comunicação realizada no período da construção da usina não obedeceu a um único projeto pré-determinado, tendo sido revisado e remodelado periodicamente, com a geração de vários “Planos de Comunicação” em diferentes tempos da obra, adequado aos diferentes diagnósticos realizados ao longo do período. A revisão era baseada nas percepções da equipe da Del Mondo Comunicação Estratégica, principal fornecedora da Maesa do Programa 09 do PBA, referente às questões de comunicação e autora dos Planos aprovados pelo consórcio, e de “Pesquisas de Opinião Pública” e “Pesquisas de Avaliação da Comunicação da Maesa”, realizada pela empresa Lupi & Associados Pesquisa e Marketing.

As pesquisas de opinião pública são pesquisas mais amplas, tanto do ponto de vista da amostra pesquisada quanto dos tópicos pesquisados, e foram realizadas em duas ocasiões: a primeira em maio de 2000 e a segunda em julho de 2001. As duas pesquisas, entretanto, contém questões e eixos temáticos de pesquisa distintos. A primeira, de 2000, está centrada a) nas condições de vida antes e depois da barragem, no b) o conhecimento e opinião sobre a barragem de Machadinho e c) no conhecimento e opinião sobre as empresas responsáveis pela construção da barragem de Machadinho. A segunda, de 2001, trata da a) crise energética brasileira b) conhecimento e opinião sobre a barragem de Machadinho, c) conhecimento e opinião sobre a Maesa, d) Conhecimento e opinião sobre as empresas do consórcio e e) avaliação da comunicação do consórcio. A pesquisa de 2000 apresenta números predominantemente positivos acerca dos tópicos questionados. A de 2001, entretanto, demonstra piora em alguns índices, como o de expectativa sobre o futuro da região, conforme a Figura 1.

Figura 2 - Resultados da pesquisa de opinião de junho de 2001 sobre o futuro da região

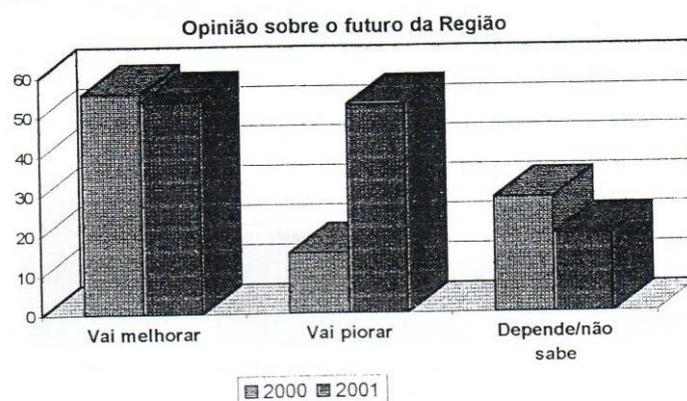


Opinião sobre o futuro da Região:
Tabela Nº4

	N	%
Mais desenvolvimento/turismo/comércio	189	30.2
Mais empregos	42	6.7
Vai melhorar	35	5.6
Melhor infra-estrutura/serviços (estradas/escolas)	27	4.3
Vai melhorar a agricultura/pecuária	25	4.0
Mais energia elétrica	11	1.8
Vai melhorar com as indenizações/assistência	7	1.1
Não sabe o que vai acontecer/tem que esperar	61	9.8
Depende dos investimentos que forem feitos	33	5.3
Vai continuar igual/não vai mudar nada	29	4.6
Isolamento/vai acabar com a comunidade	97	15.5
Danos ao meio ambiente/clima	36	5.8
Vai piorar a região está sem infra-estrutura/comércio	10	1.6
Desemprego	10	1.6
Vai piorar	8	1.3
sem resposta	5	0.8
Total	625	100%

Fonte: Lupi & Associados - "Estudo de Imagem MAESA - Barragem de Machadinho RS/SC" - Julho 2001

A visão otimista sobre o futuro da região manteve-se estável, considerando-se a margem de erro do presente estudo, e em patamar superior à metade dos entrevistados. A visão pessimista aumentou passando para ¼ da população em estudo. O fator mais importante se deve a extinção das comunidades, abandono das casas, separação de vizinhos e amigos, prejuízos para o comércio e preocupação com o meio ambiente.



Fonte: Lupi & Associados - "Estudo de Imagem MAESA - Barragem de Machadinho RS/SC" - Julho 2001

Também nota-se a presença de muitas críticas incisivas nas perguntas abertas, que em geral aparecem abaixo das frases positivas, conforme Figuras 2 e 3.

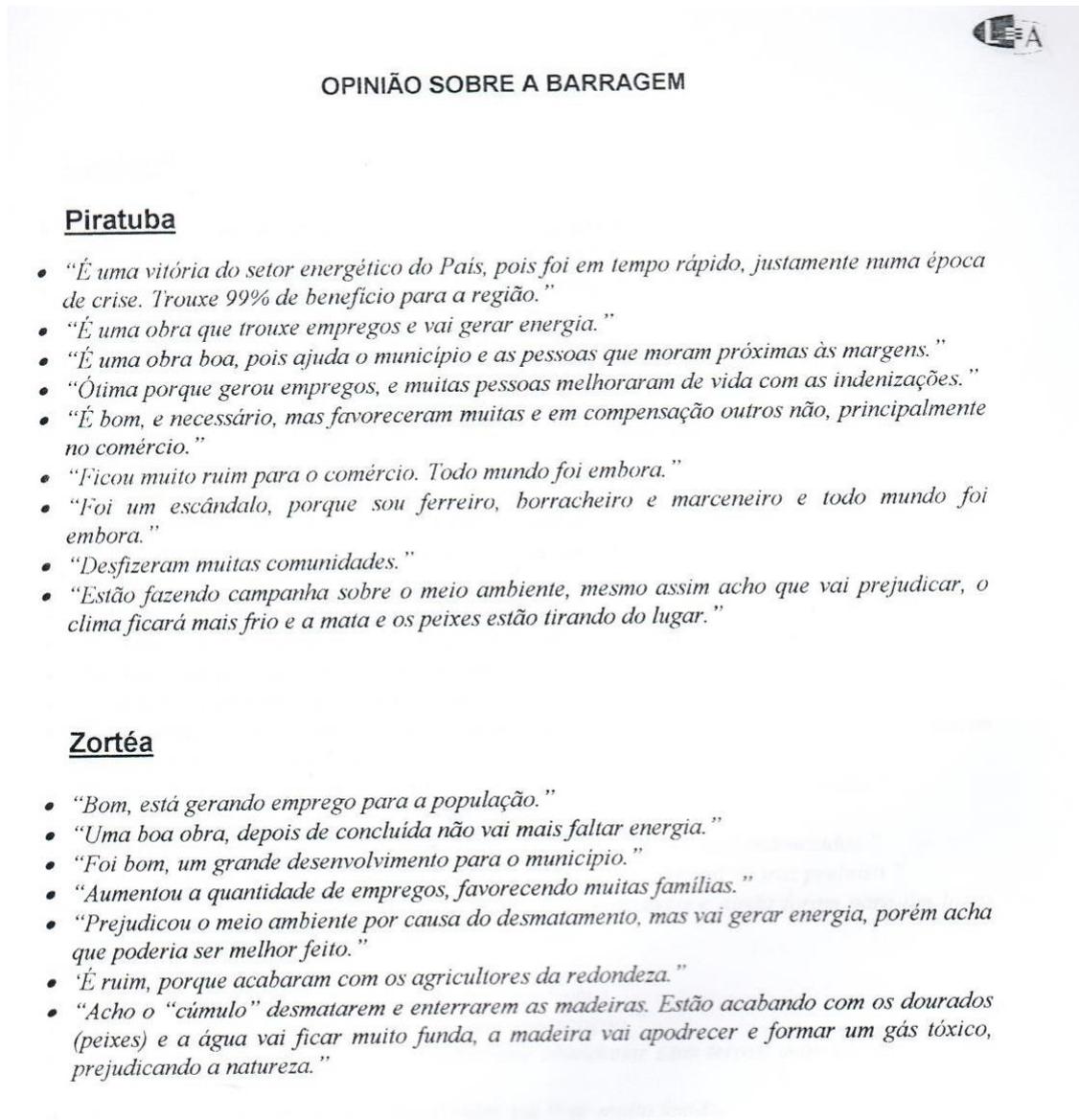
Figura 3 - Depoimentos de atingidos de Maximiliano de Almeida (RS) sobre a UHE Machadinho em pesquisa de junho de 2001



Maximiliano de Almeida

- *"Foi bom porque todos saíram indenizados, nenhum deles reclamou."*
- *"Foi bom, na região havia muita gente pobre e essas pessoas ganharam bons terrenos."*
- *"Foi bom porque trouxe emprego, melhoramento da energia e progresso para a região."*
- *"Bom, vai gerar bastante energia."*
- *"Gerou emprego, mas 20% da população saiu do município."*
- *"Foi bom, ganhei uma carta de R\$ 52.000,00."*
- *"Foi bom para o município, vão asfaltar, e muita gente foi muito bem indenizada."*
- *"Ajudou a desenvolver o município."*
- *"É uma obra que prejudicou muito a comunidade, já tem neblina e vai ter muito mais após a barragem ser concluída."*
- *"É uma obra muito boa, embora estejam acabando com a água encanada da região."*
- *"Por um lado traz benefícios por gerar energia, e por outro desalojou muitas famílias e destruiu uma comunidade."*
- *"Se soubessem administrar bem o município seria bom, mas estão deixando tudo jogado como se fossem bichos."*
- *"Será bom para gerar energia, mas falta seriedade para com os atingidos."*
- *"Para algumas pessoas foi bom, mas desfez muitas comunidades."*
- *"Estão desempenhando o trabalho muito bem, apesar de receberem muito pouco."*
- *"Acha que é pura ilusão. Os moradores esperavam retornos financeiros e não tiveram nada."*
- *"Está trazendo muitos problemas sociais para região, e para o município está trazendo verbas."*
- *"Para os moradores foi um pesadelo saírem de suas casas."*
- *"É uma obra não viável para a região, pois a energia não vai ficar na região."*
- *"Muitos não foram indenizados."*
- *"O povo perdeu muito com isso, porque quem morava no interior ficou deslocado."*
- *"Muitas famílias foram separadas."*
- *"Só trouxe transtornos, perdemos os vizinhos e não sabemos o que vai acontecer com nós e com a nossa comunidade. A Maesa não está ajudando a gente."*
- *"Para nós só piorou, não temos mais vizinhos e o comércio se desorganizou."*
- *"Fomos prejudicados, a comunidade ficou pequena e o posto de saúde ficou longe."*
- *"Me trouxe muito prejuízo, perdi meus vizinhos e estamos numa briga para conseguir indenização."*

Figura 4 - Depoimentos de atingidos de Piratuba e Zortéia (SC) sobre a UHE Machadinho em pesquisa de junho de 2001



Fonte: Lupi & Associados

As pesquisas de avaliação de comunicação eram realizadas em eventos na sede do CAV (Centro de Atendimento ao Visitante), em Piratuba ou em outros eventos.

Em cada plano de comunicação realizado pela Del Mondo, era feito um diagnóstico, uma análise do cenário no qual aquela comunicação seria inserida. Estes diagnósticos apontam para uma opção da empresa por uma comunicação mais comedida

e menos intensa, voltada a cumprir compromissos assumidos no EIA/Rima e no Programa 09 do PBA, ante o qual a agência costumava propor condutas mais abertas e pró-ativas no âmbito da comunicação. Dentre os principais problemas de comunicação citados estão a falta de unidade na imagem das comunidades sobre o empreendedor, “que só em Santa Catarina pode ser encontrado de diversas formas: GEAM, Maesa, UHM, Machadinho Energética S.A., Usina Hidrelétrica de Machadinho e Consórcio Machadinho”. Os documentos também manifestam preocupação com o aumento da influência do MAB na região.

O MAB, que até então vinha dirigindo suas forças para o empreendimento de Itá, se deu conta de que este está em fase de conclusão e voltou-se para Machadinho. Outro fato importante a destacar é a aproximação do ano eleitoral (2000) que, historicamente, é bastante explorado pelo movimento para eleger seus colegas de partido. O MAB, com seus colaboradores, aproveita-se do movimento para “agitar” os afetados direta e indiretamente pela implantação da Usina, cria reivindicações, incita os que não tem direitos (possivelmente por promessas de candidatos) e pulveriza com falsas e distorcidas informações, deixando a Maesa numa situação desconfortável perante formadores de opinião e população em geral. A tendência é de aumentar os confrontos nas reuniões com a Maesa/ETS. (DEL MONDO, 1999, Plano de Comunicação da UHE Machadinho – Novembro de 1999).

A cautela em relação à atuação do MAB também é expressa no âmbito das ações propostas:

Para viabilização das atividades, destacamos a necessidade do acompanhamento, por parte de um repórter, de todas as ações do MAB para que, imediatamente após seu término, redija releases e envie para a imprensa da região e estaduais. [...] Este profissional deverá ser sempre o mesmo a acompanhar as reuniões, podendo ou não estar acompanhado de outro profissional da Assessoria de Comunicação. (DEL MONDO, 1999, Plano de Comunicação da UHE Machadinho – Novembro de 1999).

Em síntese, ao longo de todo o período de implantação da usinas, a empresa desenvolveu um amplo conjunto de ações que envolviam a) comunicação própria ou que utiliza espaços pagos na mídia; b) comunicação dirigida e relações públicas e c) comunicação voltada para a mídia, conforme apresenta a Tabela 3.

Tabela 3 - Comunicação da Maesa – 1998-2001

Linha de atuação	Produto	Característica	Meios e mídias utilizadas	Quantidade produzida e veiculada	Público-alvo	Localizado pela pesquisa
Comunicação própria ou que utiliza espaços pagos na mídia	Programa de Rádio Usina de Notícias	Programas próprios em espaços pagos (2 por semana)	10 a 13 emissoras de rádio	193	Atingidos	100
	Folder	31	Impresso	31 edições Tiragem: 5.000 ou 10.000	Diversos	4
	Gibi Usina de Respostas	História em quadrinhos com perguntas e respostas sobre o remanejamento	Impresso	1 edição Tiragem: Nada consta	Atingidos	1
	Vídeo	Vídeos sobre o andamento da obra e programas socioambientais	Exibições no CAV ou distribuição em fitas VHS	9	Diversos	0
Comunicação dirigida e relações públicas	Reuniões nas comunidades	Interação direta com os envolvidos na questão da obra	Comunicação dirigida e relações públicas	Nada consta	Atingidos	19
	Visitas no CAV	Realização de reuniões e visitas	Comunicação dirigida e relações públicas	6.522 reuniões com 33.217 pessoas	Atingidos, visitantes, convidados, curiosos, turistas e estudantes	128
Comunicação voltada para a mídia	Releases	Informações sobre as ações da empresa	Jornais, rádios, televisões, prioritariamente da região da obra	104	Jornalistas	51

Fonte: Néspoli e Pizzato (2007) e autor

Apesar desta amplitude de produtos, os documentos apontam para uma posição de centralidade, no conjunto das ações de comunicação da Maesa, do programa de rádio Usina de Notícias, da assessoria de imprensa, com produção de releases e realização de encontros e visitas com jornalistas locais, e do CAV (Centro de Atendimento ao Visitante), no conjunto das ações desenvolvidas. Esses produtos serão analisados detalhadamente a seguir. Além destes, por conta do caráter estratégico, também integrarão a análise as dinâmicas das reuniões com os atingidos feitas pela empresa.

4.2.1 O Programa de Rádio Usina de Notícias

O programa de rádio da Maesa era veiculado em espaços comprados pela empresa em inicialmente 10 rádios da região⁶, às segundas e quintas-feiras às 7 horas, com edições inéditas apresentadas a cada dia de veiculação. O primeiro dos 193 programas produzidos foi ao ar no dia 26 de abril de 1999.

Tabela 4- Emissoras veiculadoras do programa Usina de Notícias 26/04/1999

Rádio	Cidade	Cobertura
Erechim AM	Erechim (RS)	Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida(RS)
Difusão AM	Erechim (RS)	Piratuba (SC), Capinzal (SC), Campos Novos (SC), Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida (RS)
Salete AM	Marcelino Ramos (RS)	Piratuba (SC), Capinzal (SC), Campos Novos (SC) e Maximiliano de Almeida (RS)
Poatã AM	São José do Ouro (RS)	Barracão (RS), Machadinho(RS), Maximiliano de Almeida (RS), Esmeralda e Marcelino Ramos (RS)
Esmeralda AM	Vacaria (RS)	Esmeralda (RS)
Educadora AM	São João Urtiga (RS)	Maximiliano de Almeida (RS), Machadinho (RS) e Barracão (RS)
Capinzal AM	Capinzal (SC)	Capinzal (SC) Campos Novos (SC), Zortéa (SC) e Piratuba (SC)

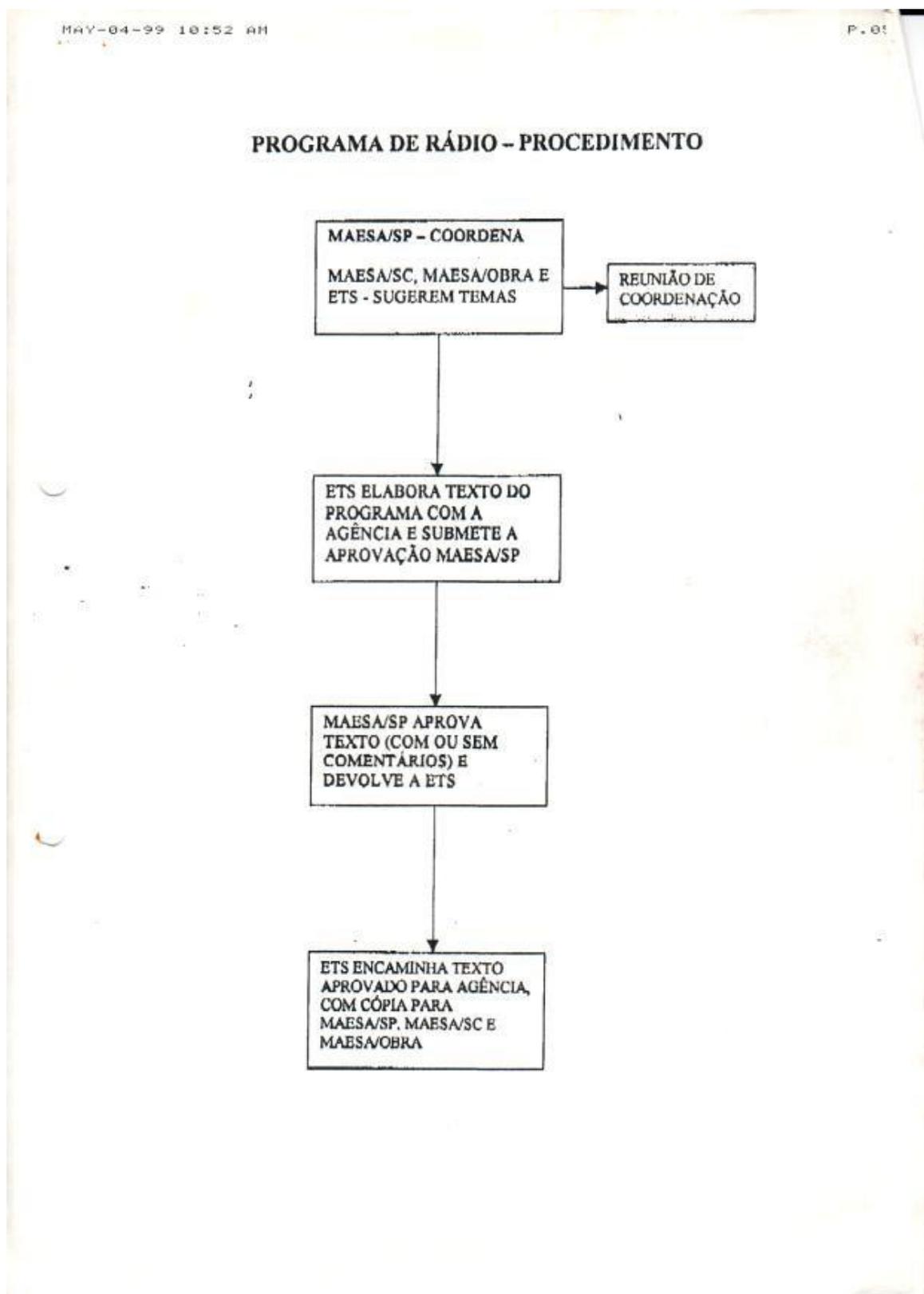
⁶ A memória técnica da usina fala em 13 emissoras, dando a entender que o número foi ampliado durante o período de veiculação, mas sem especificar quais seriam estas rádios (NPE-UFSC, 2007).

Barriga Verde AM	Capinzal (SC)	Campos Novos (SC), Capinzal (SC), Zortéa e Piratuba (SC)
Cultura AM	Campos Novos (SC)	Campos Novos (SC) Celso Ramos (SC), Capinzal (SC), Anita Garibaldi (SC) e Barracão (RS)
Clube AM	Lages (SC)	Campos Novos (SC) e Anita Garibaldi (SC)

Fonte: Maesa

A coordenação do processo de produção dos programas era de responsabilidade da sede da Maesa em São Paulo, sob a liderança do Diretor de Meio Ambiente, Gilberto Veronese. A determinação das pautas era realizada em conjunto entre a Maesa/SP e Maesa/SC, esta tendo como interlocutor o Diretor Duílio Diniz de Figueiredo, e da empresa ETS – Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda., fornecedora da Maesa na área ambiental, na pessoa do Diretor Pedro Paulo Voltolini Júnior, que em novembro de 1999, veio a assumir uma Diretoria na Maesa. As pautas eram enviadas à ETS, que desenvolvia os roteiros em conjunto com a agência contratada para a realização dos programas, a Propague Serviços de Comunicação Ltda., de Florianópolis. Posteriormente, a ETS e a Propague submetiam as propostas à aprovação de Gilberto Veronese, que devolvia o texto final para execução. Tal procedimento foi estabelecido pela Maesa em reunião ocorrida em São Paulo, em 3 de maio de 1999, conforme o fluxograma a seguir.

Figura 5 - Fluxograma de produção dos programas do Usina de Notícias



Fonte: Maesa

Quanto ao formato, os programas tinham duração média de 5 minutos, iniciando sempre com uma mensagem de saudação aos ouvintes, seguida da vinheta do programa e em seguida iniciando com o “assunto do dia”. A locução era feita pelo engenheiro agrônomo Aínor Lotário, em linguagem coloquial e intimista. Eventualmente a locução é dividida entre Aínor e outra locutora do sexo feminino. É recorrente a utilização de metalinguagem e apelo emocional nas aberturas para descrever o próprio programa com aquele feito “com muito carinho”, “para você que trabalha duro e quer ver a vida melhorar”, “de coração para coração”, “com muita energia” ou “na alegria de viver”. Em algumas edições também defende-se o caráter informativo do programa, enquanto aquele que quer “deixar você sempre bem informado” ou que está “cheio de informações que interessam a você”. Concluída a mensagem principal do programa, segue-se a “dica de energia”, quadro fixo que apresenta orientações voltadas principalmente à economia de energia e prevenções de acidentes com a rede elétrica. Em seguida, o locutor frequentemente convoca os ouvintes para que mandem cartas com dúvidas para Maesa, repassando o endereço da sede da ETS em Piratuba. A deixa final característica do programa é “até o próximo programa se Deus quiser e Ele quer”, reforçando o apelo emocional e religioso.

O tema mais recorrente é o reassentamento de famílias atingidas. São apresentadas descrições e informações práticas sobre as modalidades, condições e requisitos para reassentamento e informações sobre o estágio do programa de reassentamento de atingidos na voz do(s) locutor(es) na forma de entrevistas com os técnicos da Measa e da ETS.

Loc: Hoje e no próximo Usina de Notícias” vamos explicar para você como é que é feito o sistema de avaliação das propriedades. Existem dois tipos de avaliação: propriedades fora do reservatório (que serão adquiridas através da Carta de Crédito) e as de dentro do reservatório (que serão atingidas pelas obras do reservatório)

Vinheta

Loc2: Então Aínor, vamos explicar o primeiro tipo de avaliação, o da propriedade fora do reservatório, que serão adquiridas através da Carta de Crédito.

Loc: Neste caso, pessoal, baseia-se nas pesquisas de mercado de ofertas de imóveis com características pré-determinadas fazendo-se um estudos das variáveis que interferem no valor. Mas que variáveis são estas Ana?

Loc2: Quantidade de área, classificação do solo conforme capacidade de uso:

São elas do tipo A – mecanizado pronto para uso ou mecanizável que necessita ser melhorado para o uso.

Tipo B – só é possível sua exploração agrícola através da lavração com animais, ou seja, não tem condições de utilização de máquinas.

Tipo C – áreas que permitam sua exploração agrícola de forma manual.

Tipo D – são as áreas inaproveitáveis

Localização do imóvel

Distância do centro consumidor

[...] (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias nº24)

Loc: Bem, pessoal, hoje vamos falar num assunto muito importante e fundamental pra você atingido. Documentação. Você sabe que é de fundamental importância tê-la em dia, principalmente na hora que os técnicos estiverem passando pela sua casa. E quem está conosco no Usina de Notícias é o responsável pelo setor de negociação e legalização da ETS, Luis Paulo Mafioletti.

Vinheta

Loc: Então nós vamos dizer agora qual a documentação que cada proprietário deve ter em mãos quando os técnicos da ETS forem até a sua propriedade?

Mafioletti: Bom dia Aínor, bom dia ouvintes do Programa Usina de Notícias. Com relação à sua pergunta, temos que informar que os proprietários, mesmo aqueles que ainda não foram visitados e que vão ser atingidos pela barragem, deverão já providenciar a documentação pessoal, carteira de identidade, CPF e certidão de casamento, em segundo lugar a documentação do terreno, escritura registrada, o Incra 98/99 e os ITR dos cinco últimos anos (95,96,97,98 e 99)

Loc: Caso o proprietário (atingido) não possuir o INCRA 98/99, como ele deve proceder?

Mafioletti: Deverão procurar o representante do INCRA junto à prefeitura municipal para retirar ou cadastrar. [...] (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias nº91)

Outra linha geral dos programas eram as entrevistas com técnicos autoridades da Maesa e ETS para falar sobre a condução da obra e do PBA, político (prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais dos municípios atingidos, secretários de estado, vice-governador, etc.) para falar sobre o impacto da barragem na região e especialistas e pesquisadores contratados para execução dos subitens do PBA. A característica universal destas entrevistas é a matriz discursiva positiva, sempre em tom de reafirmação de aspectos positivos da obra, como se evidencia na entrevista com o Diretor Superintendente da Maesa, Luis Fernando Achá Mercado.

Loc: Existe uma preocupação muito grande com relação ao ser humano, os cuidados com a segurança do operário no empreendimento e também os afetados pelo reservatório. A empresa quer o bem-estar das pessoas em geral. Como é que funciona essa questão?

Achá: Olha, nossa preocupação aqui em Machadinho com o ser humano não é somente na obra, é também no reservatório. Nós colocamos o ser humano como a nossa prioridade de atendimento, não adianta a gente querer produzir, construir, se a gente não estiver olhando pelo bem-estar e a satisfação do ser humano, que é nosso grande colaborador e a mola mestra de tudo aquilo que a gente faz. [...] (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias nº81)

Temas potencialmente controversos tendem a ser abordados com superficialidade, ignorando suas interpretações negativas, como no caso da entrevista com o Comandante do 4º Pelotão da 2ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia Militar de Piratuna, Tenente Robson Xavier Nunes, que revela que a Maesa equipou a PM do município.

Loc: A Maesa foi parceira nesta obra, para que um novo quartel fosse construído na cidade. Qual a sua opinião sobre essa parceria?

Tenente: A Maesa foi fundamental neste processo pois ela contribuiu com 50% dos recursos para que fosse feito esse pelotão novo, além do que a Maesa sempre está e sempre foi uma grande colaboradora da Polícia Militar local, pois fomos prontamente atendidos quando solicitamos o seu serviço.[...] (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias, nº88)

Alguns programas dedicaram-se exclusivamente à defesa da necessidade de implantação do empreendimento na região. Nestes casos, nota-se uma explícita vertente desenvolvimentista e nacionalista, enfatizando o fato de que os transtornos decorrentes da instalação da UHE Machadinho são condição necessária para o crescimento econômico e fortalecimento do Brasil.

Loc: Ninguém quer correr o risco de ficar no escuro, não é? Pois bem, recentemente vocês acompanharam aquele apagão que ocorreu na região Sudeste e prejudicou inúmeras famílias. O Brasil é um país rico em energia mas também corre o risco de, dentro de alguns anos, ficar numa situação crítica, pois o consumo crescer a cada dia porque a população cresce, as cidades crescem, novas indústrias são instaladas, enfim... E nós precisamos estar prevenidos para esse aumento de consumo. É como na história da cigarra e da formiga: se ficarmos cantando no verão quando chegar o inverno estaremos passando mal! Vamos trabalhar como as formigas para termos fartura no futuro.

[...]

Loc2: Vamos comparar! Pois é, Machadinho vai gerar energia suficiente para suprir as necessidades de três cidades do porte de Florianópolis ou então 600.000 consumidores residenciais. Mas

também é importante você saber que a Usina Hidrelétrica de Machadinho será de baixo custo de geração, o que significa mais economia para o País. [...] (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias, nº16)

Apesar de o programa se declarar “interativo”, e seguidamente solicitar o envio de perguntas dos ouvintes para a sede Maesa, não foi registrada nenhuma resposta de perguntas de ouvintes no programa. A única interação com a população existente na amostra é a reprodução de depoimentos de atingidos satisfeitos com a nova propriedade ou com as ações desenvolvidas pela Maesa. Estes depoimentos são feitos com claro apelo emocional, em tom de convocação aos atingidos para que realizem os acordos com a Maesa.

Vinheta emocional (sic)

Loc: E agora a participação do coração. Nossa equipe esteve na região e conversou com o senhor Pedrinho Gomes de Oliveira, que é da linha Barro Amarelo e futuro reassentado de Barracão.

Pedrinho: Tamo trabalhando todo unido aqui por enquanto, tamo seguindo nosso trabalho, mas prá mim, eu tô contente, tá beleza. Se seguir assim prá frente, melhor ainda. Espero que a gente possa produzir bastante aqui nesse terreno. Eu acho qua a gente tem que acreditar e enfrentar. É isso aí que eu tenho prá dizer.

Loc: É isso aí seu Pedrinho, tem que acreditar. (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias, nº03)

Depoimento: Olha, eu diria o seguinte, a esses que tem dúvida, que saia da dúvida, que venham, procurem ir para o reassentamento. Que o futuro deles depende de uma terra para trabalhar, eles sabem que hoje em dia não é fácil pra ninguém, eles que procurem melhorar de vida, irem para o reassentamento, que lá a terra é boa. A gente vai escolher uma terra que é do gosto da gente, eles vão saber. Alguém que não está entendendo o assunto, que procure saber e visitar o nosso reassentamento. (STUDIO 156, 2000. Usina de Notícias, nº05)

4.2.2 As reuniões

O “Relatório de Reuniões no Reservatório da UHMA” consiste em um documento no qual a ETS (Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda.), consultoria com sede em Florianópolis contratada para execução de itens do PBA (incluindo o Programa 9, de Comunicação Social), reporta à Maesa os resultados de uma série de 19 reuniões realizadas com comunidades localizadas na área de abrangência do reservatório da usina em nove municípios. Com o objetivo de “restabelecer o canal direto de comunicação com a população atingida pela implantação do empreendimento

da UHMA”, o relatório registra a participação de 373 pessoas, com uma média de público estimado de 20 pessoas por reunião.

As reuniões foram realizadas pelos técnicos da ETS José Carlos Michalowski e Ana Clarice Granzotto Oliveira, tinham entre 1 hora 30 minutos e 3 horas de duração e foram realizadas entre 24 de junho e 13 de julho de 1999 em espaços comunitários nos Municípios de Machadinho,, Capinzal, Zortéa, Barracão, Esmeralda, Campos Novos, Celso Ramos e Anita Garibaldi. O quadro a seguir apresenta o roteiro das reuniões.

Tabela 5 - Agenda das reuniões ETS no reservatório da UHMA em junho de 1999

DIA	MÊS	HORÁRIO	LOCALIDADE	MUNICÍPIO
24	Junho	14:00	Linha Coqueiros	Machadinho (RS)
25	Junho	09:00	Linha Barro Amarelo	Machadinho (RS)
25	Junho	14:00	Linha Canudos	Machadinho (RS)
28	Junho	14:00	Linha Polo	Machadinho (RS)
29	Junho	09:00	Linha Tigre	Machadinho (RS)
30	Junho	09:00	Barro Branco	Capinzal (SC)
30	Junho	14:00	Volta Grande/Pouso Alto	Zortéa (SC)
1	Julho	09:00	Linha Tope/Cardoso/Cerro Alto	Barracão (RS)
1	Julho	14:00	Linha São Bernardo	Barracão (RS)
2	Julho	09:00	Linha São Roque	Barracão (RS)
6	Julho	09:00	Linha Sobradinho	Barracão (RS)
6	Julho	14:00	Vila Serra do Gregório	Esmeralda (RS)
7	Julho	09:00	Entrada do Pelotas	Campos Novos (SC)
7	Julho	14:30	Entre Rios (Linha Salete)	Celso Ramos (SC)
8	Julho	09:30	Capela Santa Lúcia	Celso Ramos (SC)
8	Julho	14:00	Caravágio	Celso Ramos (SC)
9	Julho	09:30	Lage de Pedra	Celso Ramos (SC)
9	Julho	14:00	Capela Sagrado Coração	Anita Garibaldi (SC)
13	Julho	14:00	Linha Espigão Alto	Barracão (RS)

Fonte: ETS

O relatório é dividido em 4 partes. A primeira apresenta considerações gerais sobre as reuniões, a lista de perguntas mais frequentes feitas pelos participantes com as respostas fornecidas e as conclusões dos autores. A segunda exhibe o roteiro da apresentação realizada com as transparências apresentadas. A terceira apresenta as atas e listas de presença e a última traz uma compilação de fotografias das reuniões.

Consta no documento uma lista de objetivos específicos, denominada “pauta referencial”, que apresenta o seguinte conteúdo:

- Reforçar os esclarecimentos prestados nas reuniões anteriores sobre os conceitos, diretrizes e critérios em vigor para a execução dos trabalhos no reservatório.
- Nivelar os participantes sobre a atual situação dos trabalhos, quer relativos à obra principal, quer relativos à implantação do reservatório
- Atualizar e reforçar a cronologia dos trabalhos em vigor e estabelecer uma estimativa de época na qual estes alcançariam aquela(s) comunidade(s)
- Esclarecer as alterações havidas na denominação da razão social Geam (Grupo de Empresas Associadas de Machadinho) para Maesa – Machadinho Energética S.A. e a substituição da empresa contratada para a realização dos trabalhos de implantação do reservatório, da GERASUL para ETS – Energia Transporte e Saneamento S/C LTDA (ETS, 1999. Relatório das Reuniões no Reservatório da UHMA)

O conteúdo da apresentação feita pelos técnicos era composta por seis itens: 1) Apresentação (Consórcio Machadinho, composição da Maesa, ficha técnica da usina, objetivos da reunião); 2) Remanejamento da população (modalidades de remanejamento); 3) Recomposição da infraestrutura (sistema viário, rede elétrica, abastecimento de água, relocação de núcleos); 4) Preservação do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico; 5) Limpeza do reservatório (desmatamento, demolição, desinfecção e desinfestação e 6) Salvamento da flora e fauna do reservatório (faixa ciliar, unidades de conservação). Não há quaisquer indicativos que levem a crer que no espaço de reuniões dava-se o espaço para colocações ou exposições dos participantes ou de outras organizações, afora o momento destinado às perguntas dos atingidos ao fim da palestra.

As atas das reuniões apresentam-se na forma de um esquema resumido, registrando os horários de início e término da reunião, a quantidade aproximada de pessoas, a presença ou não de autoridades, o roteiro ou “itemização da palestra” (sempre reproduzindo a mesma estrutura de cinco pontos gerais) e, por fim, os questionamentos realizados. Chama a atenção a falta de detalhamento do documento, especialmente no que se refere às perguntas realizadas pela comunidade, que aparecem na forma de tópicos gerais. Tampouco há indícios, seja nas atas ou no restante do relatório, de coleta de contatos dos participantes para que as perguntas não respondidas fossem posteriormente elucidadas pela Maesa. Outra peculiaridade é o fato de a ata não conter assinaturas, sendo todas elas coletadas em um documento à parte, no qual constam os

dizeres “ATA DE REUNIÃO – LISTA DE PRESENÇA”, o que leva a crer que os atingidos assinavam a suposta ata, que posteriormente seria entregue à Maesa, sem ter acesso aos seus termos.

Figura 6 - Ata de reunião na Linha Salete em Celso Ramos (SC)



ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO S/C LTDA.
consultoria e gerenciamento

ATA DE REUNIÃO

PARTICIPAÇÃO:	Lotão, Ana	DATA:	07/07/99
LOCAL:	Linha Salete (Celso Ramos)		
REFERÊNCIA:	Reunião de Comunicação Social nas Comunidades		
14ª Reunião Realizada			
Início: 14:45			
Término: 17:10			
39 pessoas			
Tematização da Palestra			
- Remanejamento da População;			
- Recombinação da Infra-estrutura;			
- Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico Arqueológico			
- Limpeza da Bacia de Acumulação;			
- Salvamento da Flora e Proteção do Reservatório.			
Arestionamentos:			
- A grande maioria dos presentes não concordam com a alienação de 10 anos. O assunto foi muito discutido.			
- Querem nova avaliação dos preços das terras;			
- Propuseram a indenização dos 100 metros e não só nos 30 metros			

Rua Adolfo Mello n.º 38, sala 301-Centro-CEP.: 88.015-090-Fone/Fax (048) 224.2510 - Florianópolis/SC

Fonte: ETS

Figura 7 - Lista de presença de reunião na Linha Saleté em Celso Ramos (SC)



ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO S/C LTDA.
consultoria e gerenciamento

ATA DE REUNIÃO
LISTA DE PRESENÇA

07/07/1999 Linha Saleté (Celso Ramos)

Stellar Hugo Correia	Macilino de casto
Adalberto	Idalino Borinighi
Loacilda Francisca Ribeiro	Slexia Grassi
Amoldu Torquino Lunardi	
Maria Francisca de Oliveira	Abadio Zini
Vera Lúcia de Oliveira	Suicio Terri
Silvius Antunes de casto	segundo Salvoati
Osvaldo P. de casto	Jose Antonio etakis
Antônio Tronchetti	Glacete de Frazzi
Ajustina Afonso Lima	
Ari Sales Gus	
Staci D. Padilha	
Perivaldo A. Netto	
Ruizillo	
Slexia Antonio Ribeiro	
Benjamin de Souza Barros	
OSVALDO SUTIC	
PL des F de Lito	
Cyrmairno Zanoni	
Joseмира de merais	
Antonio D Padilha	

Rua Adolfo Mello n.º 38, sala 301—Centro—CEP.: 88.015-090—Fone/Fax (048) 224.2510 — Florianópolis/SC

Fonte: ETS

As respostas às perguntas não aparecem nas atas, mas sim em uma tabela juntada à primeira parte do documento. A tabela abaixo apresenta o comparativo do

registro de algumas perguntas feitas nas atas, o mesmo questionamento conforme conta no diagrama elaborado para a Maesa, as respectivas respostas (todos *ipsis literis*) a análise nossa.

Tabela 6 - Tratamento das perguntas realizadas por atingidos nas reuniões

Ata de reunião	Relatório da ETS à Maesa		
Questionamento	Questionamento	Resposta	Observações (autor)
Pessoas não cadastradas como ficam?	As famílias que não foram cadastradas têm direito aos programas de remanejamento?	Não. Somente aquelas que através de comprovação documental for constatado o vínculo com a propriedade atingida na época do cadastro socioeconômico (ago/out/96), através de estudo de caso específico	Sutileza semântica entre a perguntas da ata e do relatório revela que a pergunta não foi respondida. Que destino terão, afinal, os atingidos que ficaram de fora do cadastramento em 1996?
Indenizações; Querem nova avaliação dos preços das terras	Desatualização da tabela de preços aplicados para a indenização, visto que a última pesquisa de preços foi realizada em 1997	Foi explicado que os preços praticados são suficientes para a recomposição daquilo que o proprietário possuía, tanto em termos de benfeitorias, como de terra. Constantemente são aferidos valores, e o praticado pela empresa condiz com o mercado. Caso seja observada alguma defasagem, será realizada uma nova pesquisa.	Resposta demonstra que é conhecido que o que proprietário “possuía” difere daquilo que hoje possui; “Caso seja observada alguma defasagem” por quem? A pergunta dos atingidos revela que a defasagem foi observada por eles; Como são aferidos valores constantemente se o último data de 1997? Que critérios são utilizados para definir o valor de mercado?
Reivindicação de uma única classe p/ a classificação de terras e não A, B, C, D.	Contestaram a classificação de aptidão agrícola do solo em classes A, B, C e D, para compor o valor de indenizações. Reivindicam um único valor por ha	Método de classificação atualmente utilizado é resultado de acordo firmado em 87, entre CRAB e ELETROSUL e ratificado em 97, em reunião na cidade de Capinzal com o F.A., GERASUL e MAESA.	Resposta aponta para a “documentalização” dos argumentos e baixa discutibilidade, visto que a decisão foi deliberada por alguma razão específica entre os órgãos citados.
Questão da cerca que irá fechar a área dos 30m. Quem irá pôr a cerca? A empresa ou o proprietário?	Quando houver pastagem na área remanescente, o limite da faixa ciliar (30m) deverá ser cercado? De quem será a responsabilidade?	Sobre este assunto não foi respondido, pois não encontramos informações a respeito no RIMA/PBA	Tampouco foram providenciados canais para encaminhamento da resposta após a reunião
Faixa dos 70m (várias ocorrências)	A faixa de uso de 70m será indenizada?	Explicamos sobre a jurisprudência para a	Resposta aponta para jurisdição dos

		UHITA, definida em audiência de conciliação (27/05/97)	argumentos
A grande maioria dos presentes não concorda com a alienação de 10 anos. Assunto foi muito discutido.	Redução do período de alienação do imóvel, para os proprietários que entregam a propriedade como parte do pagamento da Carta de Crédito	Foi explicado que atualmente isso é norma da Empresa, visto que o objetivo do programa de remanejamento é fixar o homem à terra, caso o proprietário não concorde, terá direito à indenização	Uma resposta transparente deveria abordar a questão da segurança jurídica, ou seja, a segurança para a empresa de que não teria problemas judiciais decorrentes de venda das terras.

Fonte: ETS e autor

Outra característica relevante das reuniões evidenciada pelo relatório é a maciça presença masculina entre os participantes. A proporção em algumas reuniões chega a 100% de homens em alguns encontros, conforme pode-se perceber a partir das listas de presença e do registro fotográfico.⁷

4.2.3 O Centro de Atendimento ao Visitante

O CAV da UHE Machadinho localizava-se no município de Piratuba e foi inaugurado em 26 abril de 1999. Destinado a visitantes, convidados, população atingida, turistas e principalmente estudantes do ensino médio e superior, nele eram realizadas palestras e exposições sobre a barragem (painéis sobre a obra e o reservatório e maquete) e sobre os programas ambientais (peças arqueológicas e da cultura local). As instalações também eram utilizadas para reuniões entre a Maesa e outras organizações e visitas de fornecedores ou operários da usina. Na área externa, o CAV dispunha de um mirante com vista para o canteiro de obras. Na prática, o CAV tornou-se o principal produto de relações públicas da empresa, especialmente com o público que não era diretamente atingido, incluindo-se os jornalistas em visita à usina. Ao todo, o local abrigou 6.522 reuniões com 33.217 pessoas.

Entre outubro de 2000 e abril de 2001, a média mensal de visitantes foi de 2.071 pessoas, ou 69 pessoas por dia. Do total de visitantes recebidos até abril de 2001, 69% visitou a obra.

⁷ Locatelli (2011 p.252) observa na experiência da Usina de Foz do Chapecó a identificação do público feminino como alvo da empresa construtora, visto que os homens interessavam-se demasiadamente pelas questões financeiras e não repassavam as informações, percebendo-as enquanto privilégio, enquanto as mulheres exerciam o papel de vetores de informações positivas na família e na comunidade.

4.2.4 Os *releases*

A produção e o envio de *releases* eram realizados pela empresa Del Mondo Estratégias de Comunicação e assinados pelos jornalistas Rogério Luiz Tallini, Silvia Zamboni e Kalyta Camargo. Segundo os relatórios mensais de análise de mídia emitidos pela Del Mondo, os *releases* eram encaminhados aos jornais impressos e emissoras de TV de cobertura estaduais e regionais do norte e noroeste do Rio Grande do Sul e meio-oeste e oeste de Santa Catarina e rádios que cobrem a região de abrangência da UHE Machadinho e aquelas regiões. Nada consta em relação a envio para veículos de abrangência nacional.

As pautas estavam relacionadas principalmente a ações desenvolvidas pela Maesa isoladamente ou em parceria com outras organizações, à evolução do projeto no canteiro de obra (cronograma) e na área do reservatório (ações previstas no PBA) e à realização de eventos, exposições e palestras (geralmente nas instalações do Centro de Atendimento ao Visitante) ou participação da Maesa em solenidades públicas, conforme demonstra a Tabela 7, que quantifica os *releases* do ano de 2000 a que a pesquisa teve acesso.

Tabela 7 - Temáticas dos *releases* produzidos pela Maesa entre junho e novembro de 2000

Temáticas	Quantidade
Projetos e convênios com outras organizações	7
Participação ou promoção de(em) eventos	6
Reuniões com a comunidade	5
Preservação da fauna e flora	4
Cronograma de obra	3
Liberação/limpeza do reservatório	3
Recursos para agricultores	3
Acidentes de trabalho na obra	2
Patrimônio Histórico-cultural	1
Reassentamento rural	1
Desenvolvimento regional	1
Geração de emprego e renda e capacitação	1

Total	37
--------------	-----------

Fonte: autor

Em apenas um dos *releases* analisados (“Colmeias serão resgatadas durante limpeza do lago da usina”) há menção a envio de material de apoio anexado, referindo-se a uma entrevista com o coordenador da Maesa, sem especificar a mídia (áudio ou vídeo). Todos os *releases* contêm no rodapé nomes e telefones dos jornalistas e e-mail da Assessoria de Imprensa da Maesa, mas não exibem número de registro profissional do jornalista responsável.

Os textos seguem a norma culta da língua portuguesa sem erros ortográficos e com raros erros gramaticais. A maioria dos *releases* é composto por uma lauda de texto, contendo entre 3 e 5 parágrafos curtos e não apresentam contextualização ou informações gerais sobre a barragem além das referentes à notícia em questão.

As ações escolhidas pela empresa para publicação têm conotação positiva, relacionada a algum tipo de ganho social ou ambiental, conforme indicam os verbos de ação mais frequentes: receber (crédito, sementes), firmar (convênio, parceria), executar (obras, atividades, projetos), concluir (etapa, projeto).

No geral, os *releases* não apresentam fontes. Quando ocorrem, as fontes são técnicos ou autoridades da Maesa. Em matérias que tratam de parcerias, o protagonismo recai sobre a Maesa, estando a empresa sempre anteriormente citada (convênio/parceria da Maesa com organização X). Em apenas um *release* apresentam-se fontes externas a Maesa: o coordenador do MAB Aldir Reginatto.

[...] A Maesa e o MAB decidiram que o projeto de apoio à safra 2000/2001 está com prazo de conclusão previsto para dezembro. Até lá, o crédito beneficiará 1.400 famílias, totalizando R\$2,5 milhões em insumos e implementos de plantio. A forma encontrada de garantir o cumprimento daquilo que foi acordado foi reter os recursos correspondentes à compra da novilha e à correção do solo, não comprometendo o plantio da safra 2000/2001. **“Agora todos os projetos passarão por uma análise mais profunda”, informa o coordenador do MAB, Aldir Reginatto. Ele afirma que a decisão de liberar somente os insumos para o plantio faz parte de um acordo entre Maesa e MAB. “Após uma vistoria individual de cada projeto, se os recursos foram aplicados corretamente, aí será liberado o dinheiro para aquisição da novilha e para recuperação do solo”, finalizou** (STUDIO 156. Agricultores descumprem acordo e obrigam Maesa e MAB a revisar crédito para safra 2000/2001. Grifo nosso).

O trecho revela que, neste caso, a Measa proporcionou um canal de debate ao apresentar posicionamentos de outras organizações em seu contato com a imprensa. Entretanto, o episódio refere-se a uma ação na qual o MAB atua como parceiro da Maesa, estando o conflito relacionado com a relação entre ambas as organizações e os agricultores participantes do programa de crédito subsidiado. Visto sendo esta a única aparição de fonte externa à empresa, denota-se ser o alinhamento de posições uma premissa para a diversificação das fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi analisar a natureza da comunicação desenvolvida para a implantação da UHE Machadinho. Como resultado geral, observou-se uma comunicação abrangente do ponto de vista do seu alcance, com matriz cognitiva predominantemente desenvolvimentista e instrucional, visando principalmente educar e orientar os públicos na direção da obediência a seu projeto de atuação.

Na perspectiva jurídica, nota-se a intenção de atender de maneira autocentrada os dispostos legislativos que exigem a publicitação das informações referentes ao empreendimento. A comunicação volta-se para o atendimento dos pressupostos do PBA, elaborado como pré-requisito para a obtenção da LI.

Sob a ótica da comunicação estratégica, pode-se considerar que o empreendedor foi extremamente eficaz na persecução de seus objetivos. A Maesa controlou cuidadosamente o debate em todas as modalidades de comunicação realizada, prevalecendo como fonte prioritária para fornecimento de informações acerca do empreendimento na mídia e ausentando-se de manifestar-se sobre questões que pudessem oferecer risco a sua imagem perante a opinião pública. Em alguns momentos, a empresa deteve inclusive alianças estratégicas com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), principal movimento social atuante na região.⁸

Pelo ângulo da comunicação pública, entretanto, sua comunicação apresentou uma série de deficiências ou *gaps*. Observou-se um elevado grau de assimetria na realização do debate público em todos os produtos analisados, com a restrita viabilização de meios de esclarecimento bilateral. Os produtos claramente vetam a presença de argumentos contrários aos objetivos dos empreendedores da obra, fazendo do concessionário um poderoso controlador dos discursos correntes acerca do empreendimento.

Da perspectiva democrática viriam, possivelmente, as maiores carências. A comunicação demonstrou-se demasiadamente assimétrica e desigual, sem sinais de

⁸ Há de se reconhecer, porém, as limitações enfrentadas por esta pesquisa, que não localizou nenhum produto de comunicação da Maesa referente a períodos de grandes conflitos. Os maiores conflitos existentes deram-se a partir de março de 2001, e intensificaram-se nos meses subsequentes com a aproximação da data do enchimento do reservatório, realizado em agosto daquele ano. Os protestos motivam-se principalmente pelas reivindicações dos atingidos que não viram-se incluídos no programa de remanejamento por não terem sido contabilizados em 1996, quando o cadastro foi realizado. Infelizmente, não há qualquer produto, nos arquivos da empresa, datado do período em questão.

abertura espontânea para contestações e esclarecimentos de questões nocivas aos objetivos do empreendedor. A presença da manifestação dos atingidos nos discursos da Maesa deu-se somente quando em alinhamento estrito com o projeto da usina, e os canais anunciados pela própria empresa como interativos (reuniões e programa de rádio) assumiram caráter *pro forma* e sequer responderam a todas as dúvidas dos cidadãos que a eles recorreram, mesmo que não contrários ao empreendimento.

Comparando-se os resultados obtidos por este estudo e os encontrados por Locatelli (2011) na análise do caso da implantação da Usina de Foz do Chapecó, implantada no Rio Uruguai, entre 2006 e 2010, pode-se alcançar algumas conclusões importantes. Do ponto de vista das semelhanças, as duas experiências se aproximam no que se refere aos resultados obtidos pelo empreendedor. A maioria dos proprietários atingidos retirou-se de suas terras voluntariamente, aceitando a indenização oferecida pelo Consórcio Machadinho. Em ambos os casos, a comunicação realizada pelo empreendedor assumiu matriz cognitiva desenvolvimentista, com baixo nível de debate e *accountability* e alto grau de assimetria.

Sob a ótica das diferenças, destaca-se a disparidade entre o número de produtos de comunicação produzidos pelo empreendedor nos dois casos. Nota-se que Foz do Chapecó teve não apenas uma comunicação mais intensa como mais variada, incluindo novas modalidades de produtos como colunas pagas em jornais impressos, *newsletter*, mecanismos de perguntas e respostas por meio da internet, *house-organ*, entre outros. É provável que esta tendência não decorra apenas de uma demanda histórica, visto a usina de Foz de Chapecó ter sido implantada em um contexto de emergência de ferramentas tecnológicas que aceleraram as trocas comunicativas de uma maneira geral (2006-2010).

A análise aponta para uma abertura do estilo de comunicação dos empreendimentos hidrelétricos da Bacia Hidrográfica Rio Uruguai, devido, por um lado, à atuação mais intensa da sociedade civil e dos movimentos sociais monitorando e pressionando o mercado para uma conduta mais democrática. E, por outro, uma maior profissionalização e sistematização dos processos, agregando o aprendizado acumulado de experiências anteriores a cada novo projeto, com corpo técnico cada vez mais especializado. Dessa maneira, podemos considerar que Machadinho foi um embrião do que viria acontecer, anos depois, com Foz do Chapecó, num processo que se encaminha

para a abertura e democratização gradual, mas sem indícios de flexibilização e debate profícuo que possa chegar a interferir no âmbito da implantação ou não das barragens.

Nesse sentido, este trabalho reforça a necessidade de meios para democratização dos processos comunicativos que envolvem a implantação de barragens conforme apresenta Locatelli (2011), que propõe a implementação de um ambiente virtual de natureza independente que proporcione trocas informativas transparentes e multilaterais entre todos os atores envolvidos. Um portal que inclua a disponibilização dos documentos normatizadores do processo (EIA, Rima PBA e avaliações do PBA pelo Ibama) para consulta pública, repositório de informação, chat, observatório, centro de pesquisa, entre outras ferramentas.

Apesar das dificuldades e da grandiosidade desta solução, considera-se que existe predisposição da sociedade civil para arcar com os esforços necessários, afóra a necessidade premente explicitada por essa e diversas outras pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. **A Pesquisa Norte Americana. In: Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis:Vozes, 2008.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Representações da natureza e desfiguração dos conflitos ambientais: o discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico.** In: LOCATELLI, Carlos; PASE, Hemerson; ROCHA, Humberto. Comunicação, conflitos socioambientais e barragens. No prelo.

AVRITZER, Leonardo. **Prefácio.** IN: MARQUES, Ângela (Org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BALDISSERA, Rudimar. Estratégia, comunicação e relações públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24. **Anais...** Campo Grande, 2001.

BALDISSERA, Rudimar. **Imagem-conceito: anterior a comunicação, um processo de significação.** (tese) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS. Porto Alegre, 2004

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **A efetividade do direito à informação ambiental.**Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

CALDAS, Miguel P. **Prefácio.** In: MARCHIORI, Marlene (Org.). Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 14/12/2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEETZ, Stanley. **Stakeholder Engagement, Corporate Governance, and Communication.** Present at the Governance without Government: New Forms of Governance in the Knowledge Economy Conference. Cardiff, 12 Maio, 2005. Disponível em: <<http://randrade.com.sapo.pt/cmeoGovernanceandcommunication.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014

DEETZ, Stanley. **Comunicação Organizacional: fundamentos e desafios.** In: MARCHIORI, Marlene (Org.). **Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas.** São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

DEL MONDO, **Plano de Comunicação da UHE Machadinho – Novembro de 1999.** Forianópolis, 1999

_____. **Análise de Mídia – Agosto de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Julho de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Junho de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Novembro de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Outubro de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Setembro de 2000.** Forianópolis, 2000

_____. **Análise de Mídia – Janeiro de 2001.** Forianópolis, 2001

DELESPOSTE, Aline Guizardi; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **Mulheres no movimento de atingidos por barragens de Fumaça, MG: possibilidades e desafios para seu empoderamento.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384265607_ARQUIVO_AlineG.Delesposte.pdf> Acesso em: 18/11/2014

DETONI, Priscila Pavan. **Seguir barragem: (re-des) construções das masculinidades em canteiros de obras de uma usina hidrelétrica.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DRYZEK, John S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V.; NOBRE, M. (Orgs.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Editora 34. 2004.

DUARTE, Jorge. **Instrumentos de Comunicação Pública.** In: DUARTE, Jorge (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública.** In: KUNSCH, Margarida M (Orgs). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

EIA. **International Energy Outlook 2010: Highlights.** 2010. Disponível em: <<http://large.stanford.edu/courses/2010/ph240/riley2/docs/EIA-0484-2010.pdf>> acesso em 01/12/2014.

EPE - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2030.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/PNE/20080111_1.pdf> Acesso em: 12/11/2014

ETS. **Relatório das reuniões no reservatório da UHMA. RIMA/PBA – Programa 09 (Comunicação social).** [S.l.], julho/1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília : Ed.UnB, 2008.

FARIA, Ivan Dutra. **O Descompasso e o Piroscópio: uma análise dos conflitos sócioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** 2004. 420f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2004.

FARIA, Ivan. **O curto circuito no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. In: LOCATELLI, Carlos; PASE, Hemerson; ROCHA, Humberto. Comunicação, conflitos socioambientais e barragens. No prelo.

GALHARDO, Camila Rocha. **O licenciamento ambiental de PCH e a comunicação social: análise dos estudos de caso de Funil e Carangola**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Energia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2007.

GERASUL, **Recomendações sobre comunicação e relacionamento com a população na área da UHE Machadinho – informações gerais sobre o empreendimento**. Florianópolis, fev. 1998.

GOMES, Wilson. **Da discussão a esfera pública**. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e democracia: problemas e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. **Esfera pública política e comunicação em direito e democracia de Jürgen Habermas**. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e democracia: problemas e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Alberto Albuquerque. Estudo de caso: planejamento e métodos. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/187/257>> Acesso em: 18/10/2014

GUICHENEY, Hellen. **Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: a constituição política da categoria de atingidos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FAIRHURST, Gail; PUTNAM, Linda. **Organizações como construções discursivas**. In: MARCHIORI, Marlene (Org.). Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Três modelos normativos de democracia.** Lua Nova, Cedec, São Paulo, n.36, p.39-53, 1995.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **Discurso organizacional: uma abordagem retórica.** In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas, volume 2.. São Paulo: Saraiva, 2009

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025.** Brasília: IPEA, 2010.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Percursos paradigmáticos e avanços epistemológicos nos estudos da comunicação organizacional.** In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.) . Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos, volume 1.. São Paulo: Saraiva, 2009

_____. (Org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2001.

LEMOS, Chélen. **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco alto e Irapé.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil).** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. **Jornalismo, Comunicação Organizacional e Barragens.** Projeto de Pesquisa Vinculado ao POSJOR/UFSC. 2012. Disponível em: <http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/files/2012/01/Locatelli_Carlos_Projeto-de-pesquisa_POSJOR_13082012.pdf> Acesso em: 29/11/2014

LÓPEZ, Juan Camilo Jaramillo. **Advocacy: uma estratégia de comunicação pública**. In: Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

LUPI & ASSOCIADOS. **Pesquisa de imagem e opinião pública. Barragem de Machadinho: impacto socioambiental**. Florianópolis, maio de 2001.

_____. **Pesquisa de imagem e opinião pública. Barragem de Machadinho: impacto socioambiental**. Florianópolis, julho de 2000.

MAESA. **Relatório de atividades do CAV dezembro/1999** Piratuba, 1999.

_____. **Relatório de atividades do CAV abril/2001** Piratuba, 1999.

_____. **Relatório de atividades do CAV fevereiro/2001** Piratuba, 1999.

_____. **Relatório de atividades do CAV março/2001** Piratuba, 1999.

MAIA, Rousiley (Coord.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida M (Org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

MANSBRIDGE, Jane et al. The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy. **The Journal of Political Philosophy**, v.18, n.1, p. 64–100, 2010.

MARQUES, Ângela (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MCCULLY, Patrick. **Silenced rivers: the ecology and politics of large dams**. London: Zed. Books, 2001.

MUTZ, Diana. **Hearing the other side: Deliberative versus participatory democracy**. New York: Cambridge University Press, 2006.

NASSAR, Paulo. **Conceitos e Processos de Comunicação Organizacional**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). *Gestão em comunicação organizacional e relações públicas*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

NÉSPOLI, R.; PIZZATO, R. (Orgs.). **Usina hidrelétrica Machadinho: memória técnica**. Florianópolis: NPE/UFSC, 2007.

MARQUES, Ângela Salgueiro; OLIVEIRA, Luciana. **A imagem de organizações públicas e o sentido público no discurso de charges sobre Belo Monte**. In: *Líbero*. São Paulo, v.15, n.29, 2012, p.59-70.

OLIVEIRA, Samuel Torres de. **Valoração da comunicação em processos de licenciamento: estudo de caso de pequenas centrais hidrelétricas no sul de Minas Gerais**. In: LOCATELLI, Carlos; PASE, Hemerson; ROCHA, Humberto. *Comunicação, conflitos socioambientais e barragens*. No prelo

PASE, Hemerson Luiz. **Estado e Desenvolvimento no Brasil**. In: PASE, Hemerson Luis; BAQUERO, Marcelo (Orgs.) *Estado, democracia e hidroeletricidade no Brasil*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2012.

REESE-SCHÄFFER, Walter. **Compreender Habermas**. 4. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na hidroeletricidade: a implantação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai** Tese (Doutorado Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

_____. **Relações de poder na Instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Hidrelétricas e suas conseqüências socioambientais**. In: VERDUM, Ricardo (Org.) *Integração, usinas hidrelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, 2007.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias**. In: Zhouri, Andréa;

LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte; UFMG, 2010

STUDART, Adriana. Cidadania ativa e liberdade de informação. In: DUARTE, Jorge (Org.) **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

STUDIO 156. **Programa “Usina de Notícias” – Maesa – Roteiros 001 ao 100**. Florianópolis, 2000.

TORQUATTO, Gaudêncio. **Da gênese do jornalismo empresarial e das relações públicas à comunicação organizacional no Brasil**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.) . **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**, volume 1.. São Paulo: Saraiva, 2009

VAINER, Carlos B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1993.

WEBER, Maria Helena. **Estratégias da comunicação de estado e a disputa por visibilidade e opinião**. In: KUNSCH, Margarida M (Org). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

WORLD COMMISSION ON DAMS. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. 2000. Disponível em: <
http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD_DAMS%20report.pdf> Acesso em: 2 nov. 2014

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais", in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais, Belo Horizonte, Autêntica, 2005.